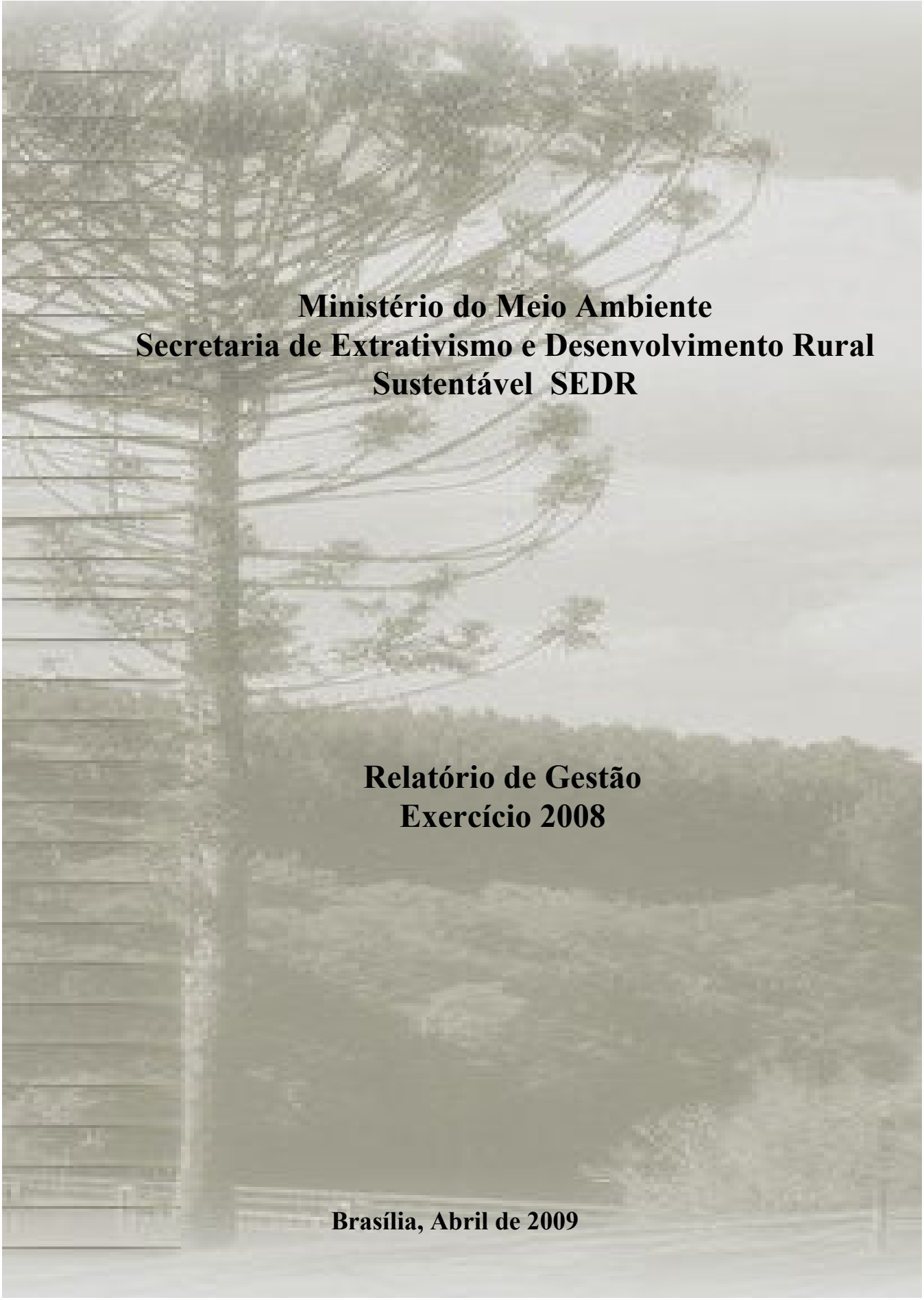


Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável SEDR

Relatório de Gestão
Exercício 2008

Brasília, Abril de 2009

S U M Á R I O

1 IDENTIFICAÇÃO.....03

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS
2.1. Responsabilidades institucionais
Papel da unidade na execução das políticas públicas.....04

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas.....05

2.3. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES.....07

2.3.1.GESTÃO DO PROGRAMA 0150 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS.....07

2.3.1.1 - PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 0150
Ação 6063 - Fomento a Proj. de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia 08
Ação 8671 - Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas.....13

2.3.2 . GESTÃO DO PROGRAMA 0506 – NACIONAL DE FLORESTAS.....17
2.3.2.1 - PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 0506
Ação 8306 - Promoção da Reposição Florestal Obrigatória.....18

2.3.3 . GESTÃO DO PROGRAMA 0512 – Zoneamento Ecológico-Econômico.....19
2.3.3.1 - PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 0512
Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....25
Ação 7413 - Macrozoneamento Ecológico-Economico do Brasil.....26
Ação 7965 - Implantação do Sistema Gerenciador de Bancos de Dados sobre Zoneamento Ecológico-Economico.....27
Ação 1J30 - Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazonia Legal.....29

2.3.4 . GESTÃO DO PROGRAMA 1080- COMBRATE A DESERTIFICAÇÃO.....38
2.3.4.1 - PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 1080
Ação 8906 - Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Combate a Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação PAN.....39
Ação 200H - Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares em Áreas Suscetívies à Desertificação.....45
Ação 4971 - Capacitação de Agentes Multiplicadores locais para Combate a Desertificação.....46
Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....50

2.3.5 . GESTÃO DO PROGRAMA 1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS.....52
2.3.5.1 - PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 1145
Ação 200I - Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais.....53
Ação 6040 - Assistencia Técnica a Produção e Comercialização de Produtos Extrativistas na Amazonia.....55
Ação 6060 - Capacitação de Comunidades Tradicionais.....56
Ação 6087 - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Produtos Extrativistas na Amazonia.....58
Ação 6230 - Gestão Ambiental em Terras Quilombolas.....59
Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....60

2.3.6.GESTÃO DO PROGRAMA 1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão.........61
2.3.6.1 - PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 1166
Ação 8990 - Desenvolvimento da Sustentabilidade Ambiental no Turismo.....61

2.3.7 . GESTÃO DO PROGRAMA 1332 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS.....65
2.3.7.1 - PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 1332
Ação 8951 - Definição de Mecanismo de Retribuição por Serviços Ambientais.....66

2.3.8 . GESTÃO DO PROGRAMA 1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USOS SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE 67
2.3.8.1 - PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 1426
Ação 6061 - Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazonia e Mata Atlantica.....68
Ação 8308 - Implantação de Unidades Territoriais de Gestão Ambiental Rural "GESTAR".....72
Ação 8998 - Implementação dos Polos de Utilização dos Polos do PROAMBIENTE em Escala Territorial 74

ANEXO I

QUADROS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....76

2.4. - Evolução de Gastos Gerais.....77
3. - Reconhecimento de passivos por isuficiencia de crédito ou recurso.....77
4. - Restos a Pagar - Exercícios anteriores.....78
5. - Demonstrativo de Transferencia (Recebidas e Realizadas).....79
6. - Previdência Complementar Patrocinada.....85
7. - Fluxo financeiro de Projetos ou Programas financiados com recursos Externos.....85
8. - Renuncia Tributária.....85
9. - Declaração de sobre a regularidade dos Benefícios diretos de renuncia.....85
10.- Opeação de Fundos.....85
11. -Despesas com Cartão de Crédito.....85
12. - Recomendações do Orgão ou Unidade de Controle Interno.....86
13. - Determinações e Recomendações do TCU.....88
14. - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....89
15. - Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.....89
16. - Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....90

ANEXO II

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....92

1. IDENTIFICAÇÃO.

DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE JURISDICIONADA - 440040-SEDR.

NOME COMPLETO DA UNIDADE E SIGLA	**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEDR/MMA.**	
CNPJ	37.115.375/0001-07	
Natureza jurídica	ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO	
Vinculação ministerial	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	
Endereço completo da sede	Esplanada do Ministérios – bloco " B " 9º andar – Brasilia DF. CEP.70. – fone: (61)3317.1091	
Endereço da página institucional na *internet*	WWW.mma.gov.br/port/sds/index.cfm	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Lei nº 10.683/2003 - DOU de 29/05/2003 e Decreto nº 6.101, de 26/04/2007 - DOU de 27/04/2007 - Aprova a Estrutura Regimental	
Código da UJ titular do relatório	440040-SEDR	
Códigos das UJ abrangidas	-	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	18 - GESTÃO AMBIENTAL	
Tipo de atividade	Propor políticas, normas e estratégias e promover estudos, visando ao desenvolvimento sustentável, observado as competencias ditadas pelo Decreto nº 6.101/2007	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	**Nome**	**Código**
	SEDR/KFW.2006.5136	440046 (PDPI)
	SEDR/BID.1216/OCBR	440047 (PROECOTUR)
	SEDR.KFW.9466335	440051 (PDA)
	SEDR.KFW.9866237	440054 (PROVARZEAS)
	SEDR/BIRD-RFT	440073 (BASE C ARTOGRAFICA)

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS .

A política ambiental no decorrer de 2008 ganhou, ao nosso ver, forte expressão política, notadamente a partir das informações propagadas pela mídia em relação ao tema mudanças climáticas e do impacto, junto a diversos setores da sociedade, das medidas anunciadas pela administração pública federal. Dentre essas, importa ressaltar àquelas destinadas à contenção do desmatamento ilegal, incluindo medidas de fiscalização e de restrição de crédito público para a área rural, atrelando-o ao cumprimento de exigências ambientais e ao Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE. Ainda, protocolos com importantes setores da iniciativa privada foram assumidos, tais como para a cadeia produtiva da soja.

Concomitantemente, em maio de 2008, a composição do alto escalão da pasta ambiental federal é alterada, trazendo, mais uma vez, foco para os tema ambientais.

Ao avaliarmos esse cenário político-institucional, resta que as políticas conduzidas por esta unidade, dada a inserção das mesmas no centro do debate, foram, a nosso ver, importantes à condução das orientações do MMA.

Como resultado, relevantes produtos foram construídos a partir da atuação direta e indireta da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR. Destacamos, para efeito de registro na prestação de contas anual, algumas ações relevantes:

1. no planejamento territorial ambiental o ZEE, especificamente os debates realizados juntos aos estados a partir do macrozoneamento da amazônia legal, do apoio técnico aos ZEEs estaduais, o início da execução do projeto Base Cartográfica Digital e as audiências públicas em torno da estratégia de turismo para a Amazônia, relacionada aos componentes ambientais do desenvolvimento apresentados a partir de diagnóstico gerado pela SEDR;

2. no âmbito da regularização ambiental e de alternativas ao desmatamento, citamos a preparação da operação Arco Verde - incidindo sobre os principais focos de desmatamento ilegal na região norte do país e outras políticas nesta mesma direção, tais como linhas de crédito criadas e que estimulam a recomposição florestal, ações de regularização fundiária, mesmo que coordenadas por outras pastas ministeriais, mas que contaram com aporte decisivo do MMA, via contribuições SEDR – e a Política Ambiental em Terras Indígenas, articulação imprescindível a gestão de enorme contingente de terras públicas florestadas, iniciada em 2008 e;

3. no contexto das políticas sócio-ambientais, a promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, preparando todo o arcabouço para a condução desta ação interministerial, particularmente criando importante instrumento de apoio aos elos da cadeias, tais como a inserção, pela primeira vez na história do país, de produtos extrativistas na pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, fomento à comercialização que tradicionalmente respondia às grandes comodities, o 1° balanço da Agenda Social para Povos e Comunidades Tradicionais, respaldado pela Comissão Nacional instituída pelo governo federal para acompanhar as políticas destinadas a esse público, revelando importantes investimentos do conjunto de governo em eixos estruturantes e que contaram com participação expressiva da SEDR/MMA e, por último, todo o acúmulo gerado por nossos programas e ações e destinados à minutar política de pagamento por serviços ambientais. Não menos relevante que as ações acima destacadas são as articulações com os estados no âmbito das áreas suscetíveis à desertificação, desencadeando ações para a formulação de planos estaduais de combate à desertificação, bem como articulações com diversas pastas ministeriais, das quais citamos o Ministério da Integração/CODEVASF com os quais operamos projeto de recuperação de áreas degradadas na Bacia do Rio São Francisco.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

O gestão 2008 foi pautada por expressivo debate sobre as ações de fomento amparadas pela SEDR e as estratégias massivas, tais como a elaboração de políticas públicas, vinculando as políticas setoriais às de meio ambiente.

Paralelamente, no exercício incidiram eventos políticos e institucionais relevantes à operacionalização das ações da unidade, notadamente a criação do Portal de Convênios do Governo Federal e eleições diretas para prefeituras municipais. Certamente, os reflexos de tais fatos foram expressivos para o conjunto dos órgãos federais, mas, particularmente, para os que apoiam iniciativas da sociedade civil organizada, caso da SEDR no fomento aos povos e comunidades tradicionais.

Assim, em um cenário diferenciado, tal qual relatado acima, aprimoramos mecanismos de apoio à formulação da política, nos amparando em importantes parcerias e pactuações internas para a execução da missão da SEDR, que, resumidamente, constituíram três eixos:

1. Articulação com Ministérios e outros instituições da administração direta para a execução de ações, considerando que partilham da compreensão sobre desenvolvimento sustentável para o Rural Brasileiro – destacam-se aqui parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com

o Ministério do Desenvolvimento Social e *Combate à Fome, Ministério da Justiça, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura Pecuária e Ab*astecimeto, com menção à CONAB e EMBRAPA, Casa Civil da Presidência da República, dentre outros e particularmente o consórcio ZEE Brasil, que aportou notável capacidade técnica e imprescindível à coordenação, sob a responsabilidade desta pasta, do Zoneamento Ecológico-Econômico.

2. Projetos de Cooperação Internacional – avançamos decisivamente na interlocução com organismos internacionais e Agência Brasileira de Cooperação, órgão ligado ao Ministério das relações Exteriores, para uma atuação no âmbito da cooperação, respaldando importantes projetos e definições sobre o apoio destes ao desenho de políticas inovadoras e alternativas, fazendo frente à missão de desenvolver mecanismos públicos de apoio aos setores sociais que atuam decisivamente na manutenção de ativos florestais.

3. Arcabouço jurídico para massificar o desenvolvimento rural sustentável – desenvolvemos mecanismos legais amparados em decretos, acordos de cooperação, portarias, minutas de leis, medidas provisórias, normativos internos às instituições parceiras, dentre outros, respaldando a atuação da pasta e de outros órgãos públicos e privados, viabilizando, preparando e institucionalizando uma expressiva gama de ações públicas duradouras.

Portanto, a partir dessas estratégias, os gastos da unidade foram executados sob o princípio da constituição de parcerias, partilhando responsabilidades e integrando políticas públicas, formulando aparatos legais orientadores, permitindo, na sua execução, ampla participação técnica e social.

2.3. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES:

2.3.1. PROGRAMA 0150 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos; Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista
Objetivos Específicos	Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral
Gerente do programa	MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA
Gerente executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na População Indígena; Coeficiente de Incidência Parasitária de Malária na População Indígena; Coeficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas Menores de 1 Ano; Número de Terras Indígenas Regularizadas; Taxa de Aldeias em Situação de Vulnerabilidade; Taxa de Terras Sem Posse Indígena Plena.
Público-alvo (beneficiários)	Povos Indígenas

2.3.1.1 - **PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 0150:**

>AÇÃO 6063 - Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto)

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nelas existentes.
Descrição	Recebimento e protocolo de subprojetos enviados pelas unidades proponentes interessadas em financiamentos disponíveis no âmbito dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI ; triar os subprojetos recebidos pela Equipe Técnica da Unidade de Gerenciamento; enviar os subprojetos, ajustados de acordo com as normas do PDPI, a pareceristas especializados na área temática de cada subprojeto; em caso de parecer positivo, os subprojetos irão ao escrutínio final da Comissão Executiva do PDPI para julgamento de aprovação; implementação dos subprojetos; monitoramento da implementação; avaliação dos resultados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	440048 e 440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Extrativismo/ SEDR/ MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, art. 28

Resultados da ação:

O apoio do PDPI – Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas a subprojetos ao longo de sua história, pode ser observado de acordo com a tabela abaixo:

PROJETOS SUBMETIDOS AO PDPI				
	Projetos aprovados	**Projetos em análise**	**Projetos devolvidos (reprovados ou para esclarecimentos)**	**Total de projetos**
Total	**139**	**43**	**281**	**463**

Para o ano de 2008 foram definidas metas físicas levando em conta a aprovação, monitoramento na implantação e acompanhamento dos subprojetos, para isso foi previsto em fonte de financiamento externo e a contrapartida do governo brasileiro, os recursos necessários.

Gestão:

1. – Mudança de sede: No segundo semestre de 2008, foi concretizada a transferência da sede do PDPI da 514 sul para a Esplanada dos Ministérios.
2. – Gerência técnica: No início de 2008, o Gerente Técnico do PDPI, Euclides Pereira Macuxi, foi nomeado, com a indicação da COIAB e concordância do Ministério do Meio Ambiente.

3. – Equipe: Em 2008, saíram quatro funcionários do PDPI e 2 funcionários foram incorporados à equipe. Ao final de 2008, o PDPI contava com 1 Gerente Técnico, 4 funcionários na equipe técnica, 3 funcionários na equipe financeira (sendo dois contratados pela GTZ) e 2 estagiários (sendo 1 contratado pela GTZ). O DAS-2, que garantia a contratação de um funcionário da área administrativa e que deixou de estar disponível para o PDPI em 2007, não foi retomado, motivo pelo qual o projeto permaneceu o ano de 2007 e 2008 sem esse tipo de serviço, acarretando sobrecarga de trabalho para os demais funcionários.

4. – Comissão Executiva: Foi realizada uma reunião da Comissão Executiva, em Imperatriz/MA, em julho de 2008.

Subprojetos:

Durante 2008, foram recebidos 93 projetos para análise da UG. Alguns projetos ainda estão em fase de triagem e serão analisados na próxima reunião executiva, em maio de 2009. Além disso, foram analisadas cerca de 120 prestações de contas de projetos em andamento.

– ***Aprovação:*** Em 2008, na Reunião da Comissão Executiva, foram aprovados 20 projetos.

Fortalecimento institucional:

1. – Apoio à articulação do movimento indígena: Em 2008 foram apresentadas 112, foram feitas 10 reuniões da Câmara Técnica e foram apoiadas 50 propostas indígenas de apoio à articulação, perfazendo um total de R$ 208.688,61.

O apoio do PDPI aos projetos de articulação do movimento indígena ao longo de sua história pode ser observado de acordo com tabela abaixo:

Projetos submetidos ao PDPI				
Agendados	Aprov/Finan	Concluidos	Reprovados	Total das proprostas
13	81	112	280	**486**

O quadro abaixo reflete o quantitativo de propostas encaminhadas por estado e situação:

Estado	Qtde Projetos	Aprovados	Reprovado	Agendado
Acre	94	34	58	2
Amazonas	202	73	124	5
Amapa	9	5	4	0
Maranhao	19	8	9	2
Mato Grosso	38	19	17	2
Pará	22	12	10	0
Rondonia	54	20	32	2
Roraima	30	14	16	0
São Paulo	2	0	2	0
Tocantins	16	8	8	0
Total	486	**193**	**280**	**13**

De julho de 2004 a dezembro de 2008, foram financiados projetos pelo Dfid em 17 reuniões da câmara técnica e pelo KFW em 25 reuniões, somando um total de R$ **829.115,45** já liberados:

Financiadores	Qtde reuniões	Total liberado (R$)
DFID	**17**	**264.396,32**
KFW	**25**	**564.719,13**
Total	**42**	**829.115,45**

2. – Núcleos Regionais: Com o objetivo de fortalecer a assistência técnica do PDPI na ponta, e assim aumentar o envio e aprovação de projetos indígenas de qualidade, e de acordo com aprovação da Missão de Avaliação tripartite, o PDPI implementou 2 Núcleos Regionais durante 2007: região do Maranhão (COAPIMA) e Médio Solimões (COIAM). Em 2008, os núcleos, com apoio da equipe do PDPI, iniciaram seus trabalhos desenvolvendo as seguintes atividades:

- Aquisição de equipamentos e materiais para a sede do Núcleo Regional;
- Pagamento de despesas operacionais da sede do Núcleo Regional;
- Realização de reuniões de trabalho nas comunidades indígenas para divulgação do PDPI;
- Realização de visitas técnicas nas comunidades indígenas para auxílio na elaboração de subprojetos;
- Realização de visitas técnicas para ajustes nos subprojetos;
- Realização de Reuniões de Trabalho para discussão de articulações institucionais e redes para o desenvolvimento das ações compartilhadas junto as comunidades indígenas apoiadas pelo PDPI;
- Participação em encontros, reuniões e Seminários das instituições integrantes da rede para o desenvolvimento das ações compartilhadas junto às comunidades indígenas apoiadas pelo PDPI.

3. – Cursos de formação de gestores indígenas: Em 2008, foram aprovados 6 projetos de Curso de Gestores Indígenas, são eles:

Curso de Formação de Gestores de Projetos Indígenas – FOIRN
Proponente: FOIRN
Executora: FOIRN
Abrangência: TI Alto Rio Negro, TI Médio Rio Negro I, TI Médio Rio Negro II, TI Rio Tea, TI Balaio, TI Balaio, TI Yanomami
Organizações parceiras: Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel

Curso de Formação de Gestores de Projetos Indígenas do Amapá e Norte do Pará
Proponente: APITIKATXI
Executora: APITIKATXI
Abrangência: Amapá e norte do Pará
Organizações parceiras: ACT, Universidade Estadual do Amapá, APIWATA, MDA, Fundação Banco do Brasil

Curso de Gestores de Projetos Indígenas – Rondônia, Noroeste de Mato Grosso e Sul do Amazonas
Proponente: IIEB
Executora: Associação do Fórum das Organizações do Povo Paiter Surui
Abrangência: Rondônia, Noroeste de Mato Grosso e Sul do Amazonas
Organizações parceiras: Kanindé

Curso de Formação de Gestores de Projetos Indígenas – Corredor Central da Amazônia
Proponente: Centro Indígena de Estudos e Pesquisas
Executora: COIAB
Abrangência: Corredor Central da Amazônia
Organizações parceiras: UFAM, UEA

Formação de Gestores de Projetos das Comunidades Indígenas no estado de Roraima
Proponente: CIR
Executora: CIR
Abrangência: Estado de Roraima
Organizações parceiras: Funai, TNC e INPA/RR

Curso de Formação de Gestores e Gestoras Indígenas do Mato Grosso
Proponente: Instituto Indígena Maiwu de Estudos e Pesquisa do Estado do Mato Grosso
Executora: Instituto Indígena Maiwu de Estudos e Pesquisa do Estado do Mato Grosso
Abrangência: Estado do Mato Grosso
Organizações parceiras: Organização dos Professores Indígenas de MT, Funai, Universidade Estadual de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

Disseminação e capacitação:

1. – Oficinas de sistematização: Foram realizadas oficinas de sistematização sobre projetos do PDPI.

2. – Publicações: Foi publicado o "Guia para a Formação em Gestão de Projetos Indígenas" que será utilizado pelos alunos dos Cursos de Gestores Indígenas e também será distribuído às instituições e organizações parceiras.

3 – Políticas Públicas: Em 2008, foi instituído Grupo de Trabalho Interministerial, Portaria Interministerial Nº 276/2008, para elaboração da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas. Esta portaria estabelece como diretrizes na elaboração da proposta de Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas os seguintes pontos:

- Participação e controle social dos indígenas no processo de elaboração e implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas;
- Fortalecimento dos sistemas indígenas de conservação ambiental;
- Proteção dos saberes e conhecimentos tradicionais indígenas;
- Desenvolvimento da gestão etnoambiental como instrumento de proteção dos territórios e das condições ambientais necessárias à reprodução física e cultural e ao bem-estar das comunidades indígenas; e
- Valorização das identidades étnicas e de suas organizações sociais.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	470.000,00	0,00	470.000,00	469.721,00	99,9
Recursos externos - Fonte 0195	7.613.899	4.279.208	3.334.691	3.334.691	43,8
Física	14	-	-	18	-

Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados)

Valor das transferências de recursos				Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa
Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram não se aplica	Providências adotadas para correção
DOAÇÃO Desembolsos a projetos	€ 1.149.893,45	€ 4.784.301,04	Contratos firmados e a executar até o ano de 2010.	

1. Discriminação:

Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto) (6063)

Finalidade:

Melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e da conservação dos recursos naturais nelas existentes.

Descrição:

Recebimento e protocolo de subprojetos enviados pelas unidades proponentes interessadas em financiamentos disponíveis no âmbito dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI ; triar os subprojetos recebidos pela Equipe Técnica da Unidade de Gerenciamento; enviar os subprojetos, ajustados de acordo com as normas do PDPI, a pareceristas especializados na área temática de cada subprojeto; em caso de parecer positivo, os subprojetos irão ao escrutínio final da Comissão Executiva do PDPI para julgamento de aprovação; implementação dos subprojetos; monitoramento da implementação; avaliação dos resultados.

Organismo financiador: KFW – ENTWICKLUNGSBANK

2 – Custo Total: € 13.293.588,91 (Contrato KFW – 2000 65 136)

3 – Empréstimos contratado (ingressos externos): "DOAÇÃO"
€ 13.293.588,91 (Contrato KFW – 2000 65 136)

4 – Contrapartida nacional: não se aplica.

➢AÇÃO 8671 - Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Fomentar projetos que visem o uso sustentável e a gestão ambiental das terras indígenas brasileiras, garantindo alternativas concretas para a recomposição da auto-sustentação dos povos indígenas brasileiros.
Descrição	Execução de iniciativas voltadas à gestão sustentável dos recursos naturais presentes nas terras indígenas brasileiras, fomentando o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção da biodiversidade das terras indígenas brasileiras por meio de: fomento a gestão dos recursos naturais estratégicos; recuperação de sítios/ecossistemas com ocorrência de espécies usadas para fins econômicos; fomento a ações voltadas ao desenvolvimento de alternativas para subsistência, apoio à comercialização de produtos extrativistas e utilização de espécies nativas que possam ser manejadas, ações de capacitação e de educação ambiental.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Lylia Galetti
Unidades executoras	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Extrativismo/ SEDR/ MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, art. 28

RESULTADOS DA AÇÃO:

A) AÇÕES RECENTES.

A Carteira Indígena é um ação de promoção da segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento sustentável junto aos Povos Indígenas, em todo o território nacional, de forma a atender às reivindicações destes Povos, inscritas no documento final do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas e às diretrizes de Governo.

Em junho de 2004, foi realizada a 1ª Oficina Nacional de Trabalho da Carteira Indígena, com cerca de 50 lideranças indígenas de todas as regiões do país, várias organizações não governamentais e parceiros federais, para pactuar as Diretrizes e Normas de Acesso aos Recursos. Nesta Oficina, foram definidas estas diretrizes de normas, linhas de fomento, instâncias deliberativas, bem como uma relação de áreas prioritárias para atendimento, considerando-se, entre outros aspectos, a situação de carência alimentar, dificuldade de acesso à água, degradação ambiental de suas terras, índices de mortalidade e desnutrição infantil e situações de risco em face da pressão de frentes de expansão.

O processo de revisão das atuais diretrizes da CI pactuadas em 2004, foi desencadeado em 2006, com os preparativos e realização, em novembro deste mesmo ano, do Seminário Nacional de Avaliação das ações até então implementadas pela Carteira Indígena, durante o qual se definiu a realização de consultas regionais para contribuições dos indígenas às novas diretrizes.

As ações mais recentes, executadas entre outubro de 2007 e dezembro de 2008, foram: i) 06 consultas sobre as novas diretrizes da CI nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul, Amazônia Legal e no estado de Mato Grosso do Sul, que reuniram cerca 450 indígenas; ii) realização da II Oficina Nacional de Trabalho, no período de 9 a 11 de setembro de 2008, para pactuar as novas diretrizes da

ação com os beneficiários. Participaram deste evento cerca de 110 pessoas: 75 indígenas, entre representantes de associações comunitárias, indicados nas consultas regionais, membros das organizações indígenas regionais e membros da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI; e 35 não índios, entre representantes das instituições federais – MMA, MDS, FUNAI, MDA, FUNASA, MEC e EMBRAPA – e organizações não governamentais parceiras. As Diretrizes e Normas de Acesso aos Recursos pactuadas nessa II Oficina Nacional, fruto de um processo intenso e participativo, deverão permitir um salto qualitativo importante em direção à consolidação da dimensão ambiental dos projetos e aprimoramento das ações da Carteira.

Ao longo de 2008, a CI incrementou os esforços que vem realizando para fomentar a inclusão produtiva de muitas comunidades, promovendo a adoção de atividades sustentáveis, do ponto de vista sociocultural, econômico e ambiental, atividades de capacitação e de fortalecimento das associações comunitárias indígenas. Parcerias foram consolidadas, como fruto de articulações com outras políticas de governo, com ênfase na segurança alimentar e nutricional e na inclusão produtiva de forma sustentável. Merece destaque, neste sentido;

a) convênio custeado pelo MDA para prover capacitação e assistência técnica às 43 comunidades apoiadas pela Carteira em Pernambuco e o repasse por este Ministério de R$ 1.000.000,00 para apoio a 4 projetos de ATER em 2009;

b) articulação com a FUNAI, para acompanhamento local dos projetos. A FUNAi deverá repassar 1,5 milhões em 2009, para elaboração de diagnósticos etnoambentais das terras indígenas e respectivos planos de gestão;

c) **250** projetos foram aprovados pelo Grupo Gestor da Carteira, desde 2004, e repassou recursos para 2008. Em 2008, foram aprovados **18** projetos. Todavia, devido a problemas com os Memorandos de Entendimento, ao longo de 2008, **apenas 03 projetos, da meta física de 05**, a serem apoiados com recursos da Ação 8671. Os demais aguardam assinatura para repasse dos recursos.

d) Distribuídos em 18 estados, os projetos beneficiam cerca de 12 mil famílias indígenas, 60.098 pessoas, envolvendo 62 etnias diferentes; c) os investimentos do MDS no período 2004-2007 chegam a 17 milhões de reais.

b) Sistemática de análise dos projetos

São duas as instâncias de aprovação de projetos:

Grupo Gestor: Composto por representante do MDS, do MMA e dois representantes do CONSEA (um indígena e um não indígena), realizam reuniões mensais para análise de projetos de até R$ 10.000,00 e projetos de qualquer valor de áreas prioritárias.

CAP (Comissão de Aprovação de Projetos): é compostas por 7 representantes do governo federal e 7 representantes indígenas, sendo dois da região nordeste, dois da região norte, dois da região centro-sul e um do estado do Mato Grosso do Sul. Analisa projetos de áreas não prioritárias no valor entre R$ 10.000,00 até R$ 50.000,00, acompanha e avalia, semestralmente, o funcionamento geral da Carteira Indígena.

O fluxo de aprovação de projetos de áreas prioritárias é o que se segue: são recebidos pela Coordenação da Carteira Indígena, equipe do MMA, e encaminhado para parecer do técnico. O

técnico analisa e emite parecer recomendando ao grupo gestor/CAP para: a) aprovação, b) aprovação com condicionantes ou c) reprovação. Os projetos aprovados sem condicionantes seguem para o PNUD que elabora carta de acordo junto a proponente para a liberação dos recursos. Se o projeto for aprovado com condicionantes é solicitado à organização proponente que cumpra as condicionantes (documentação, informações adicionais, esclarecimento de custos entre outras), para que seja efetivada a liberação de recursos. Caso o projeto seja reprovado, a organização proponente recebe uma carta da Carteira Indígena esclarecendo os motivos da não aprovação pelo Grupo Gestor e apoio da CI para a sua reelaboração.

Projetos de áreas não prioritárias: até R$ 10.000,00 o fluxo é o mesmo dos projetos de áreas prioritárias. Projetos com valores maiores que R$ 10.000,00, passam pela avaliação da CAP, antes de serem apreciados pelo Grupo Gestor. Após esta apreciação seguem o mesmo fluxo dos projetos de áreas prioritárias.

Esta é a atual sistemática de análise dos projetos, que deverá ser alterada, conforme as novas diretrizes pactuadas na II Oficina Nacional de Trabalho, que passarão a ser implementadas a partir de maio de 2009. As alterações referem-se, resumidamente: ao valor dos projetos, que passam a ser de dois tipos: R$ 30.000,00 e R$ 100.000,00; à consolidação da dimensão ambiental e da natureza estruturante das ações, com exigências de contrapartida ambiental que reforçam a garantia da produção de alimentos, como o apoio específico à recuperação de áreas degradadas e; mudança nas instâncias de deliberação, com a instituição de uma única instância deliberativa - Comité Gestor, e avaliação prévia dos projetos apresentados por uma Câmara Técnica, constituída pela equipe técnica da Carteira Indígena; técnicos de outras unidades do MMA; pareceristas convidados, inclusive técnicos indígenas, técnicos da FUNAI e demais instituições envolvidas com a política indigenista.

c) Sistemática de divulgação da Carteira Indígena e fomento para elaboração de projetos

A Carteira opera com quatro tipos de divulgação:

Oficina regional: Reúne órgão de apoio local e lideranças indígenas de uma dada região deslocando as mesmas de suas comunidades para um local comum.

Visita técnica: Realizadas somente nas áreas prioritárias da Carteira, permitindo reuniões in loco e com participação de toda comunidade indígena.

Reuniões de trabalho com redes de apoio local: Reuniões realizadas em regiões ou estados com representantes locais da FUNAI, FUNASA, IBAMA, secretárias de agricultura e outros órgãos estaduais e municipais.

Divulgação em eventos: Por meio de convite, a Carteira Indígena se faz presente em eventos relacionados à temática indígena.

d) Monitoramento e Avaliação

O monitoramento dos projetos apoiados vem sendo desenvolvido de forma continuada através de visitas técnicas de acompanhamento e vistorias, realizadas pela equipe técnica da Carteira Indígena e, em vários estados, por técnicos da FUNAI. Em 2008, foram visitados, pelo menos uma vez, 42 projetos dos 103 projetos em execução e 105 executados.

Em parte destas visitas, no total de 19 projetos, foi realizada para testar instrumentos de monitoramento elaborados por consultoria contratada, que também elaborou um Plano Operacional de Monitoramento que começou a ser implementado em fevereiro de 2009 e com o qual se pretende chegar a 25% dos projetos monitorados. Esta consultoria também elaborou um instrumento de marco zero que já está sendo aplicado com o objetivo de gerar indicadores para avaliação das ações.

A avaliação dos impactos das ações da Carteira Indígena também vem sendo feita de forma continuada. A partir de 2006, esta avaliação se deu, a partir dos resultados observados pela equipe técnica, através das visitas de monitoramento; dos Relatórios de Prestação de Contas, apresentados pelas instituições proponentes dos projetos, e através de fóruns específicos, com a participação dos beneficiários e parceiros.

Em 2006, foram realizadas duas oficinas com parceiros federais e um Seminário Nacional de Avaliação, com expressiva participação dos beneficiários, que apontou a necessidade de revisão das diretrizes e os principais desafios da Carteira Indígena: prover assistência técnica e capacitação continuadas, de qualidade e adaptada às especificidades das comunidades indígenas e implementar estratégias para a a garantia da sustentabilidade ambiental e continuidade das atividades fomentadas pelos projetos.

Para sistematizar e consolidar a avaliação das ações da CI, seus impactos sobre a qualidade de vida e a segurança alimentar e nutricional das comunidades, entre outros aspectos, está em andamento a contratação de uma consultoria, pelo MMA, cujos resultados devem ser apresentados em setembro de 2009.

META	PREVISÃO LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	907.000,00	10.000,28	896.999,72	896.999,72	100
Física	5	-	-	3	60

Obs: Em função de problemas verificados no instrumento de repasse de recursos públicos aos beneficiários do programa, não foi possível executar o número de projetos previstos na meta física.

2.3.2 . GESTÃO DO *PROGRAMA 0506 – NACIONAL DE FLORESTAS*

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	**Maria Cecília Wey de Brito**
Gerente executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	**Área de florestas com alto valor para conservação protegida** **Área de florestas naturais em regime de manejo sustentável** **Área de Florestas Plantadas** **Áreas degradadas recuperadas**
Público-alvo (beneficiários)	Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal

2.3.2.1 - **PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 0506:**

> AÇÃO 8306 - PROMOÇÃO DA REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Propor estratégias que promovam a efetiva aplicação dos mecanismos da Reposição Florestal Obrigatória, visando garantir a auto-suficiência na produção de grandes consumidores de produtos florestais e a continuidade no abastecimento de matéria-prima florestal aos diversos segmentos do mercado consumidor.
Descrição	Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento dos mecanismos de reposição florestal, desenvolvidos pela União e pelos estados membros da federação para o cumprimento da determinação de reposição florestal, buscando garantir a sustentabilidade das atividades de base florestal e prevenir situações de escassez.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Paulo Guilherme Francisco Cabral
Unidades executoras	440040 440001
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável/ SEDR/ MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	220.000,00	220.000,00	220.000,00	100

META FÍSICA	PREVISÃO	PRODUTO	EXECUÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
	140	**Área plantada**	**100%**	**% execução física**

RESULTADOS DA AÇÃO:

Durante a realização da revisão do Acordo de Cooperação Internacional no Projeto "Apoio as Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável" – BRA/00/022 foi incorporada a Ação 8306 – Promoção da Reposição Florestal – com o intuito de definir e implementar instrumentos para o aperfeiçoamento da gestão ambiental, assim como estimular o desenvolvimento rural sustentável por meio da reposição florestal.

Para isso, foram realizadas reuniões com o Ibama/Sede para consolidação e ampliação do Programa **ProLegal** - Programa de Revisão, Regularização e Monitoramento das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal - concebido pelo Ibama/GO, nos estabelecimentos rurais localizados no entorno do Parque Nacional de Emas.

Como resultado de tais reuniões forma estabelecidos contatos com a Superintendência do Ibama em Goiás e com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás. Posteriormente, foi realizada visita a campo no município de Mineiros /GO, para conhecimento *in loco* do Programa ProLegal. Nesta ocasião, técnicos do Ministério do Meio Ambiente puderam ter contato com a equipe executora do ProLegal (técnicos do Ibama/GO e do ICMBio); com a entidade parceira (ONG Instituto Onça Pintada); e com produtores rurais que aderiram ao Programa e são signatários de Termos de Ajustamento de Conduta - TAC - junto ao Ministério Público Federal.

Em função dessas articulações, pode-se planejar, conjuntamente, as seguintes ações:

•Oficina de planejamento para consolidação da experiência piloto de Revisão, Regularização e Monitoramento das Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente – PROLEGAL como estratégia potencial para a reposição florestal obrigatória
•Contratação de consultoria para diagnóstico, sistematização e análise da experiência de Revisão, Regularização e Monitoramento das Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente - PROLEGAL como estratégia potencial para a reposição florestal obrigatória
•Contratação de consultoria para realização de estudos de instrumentos econômicos de incentivo à adesão ao programa de Revisão, Regularização e Monitoramento das Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente - PROLEGAL como estratégia potencial para a reposição florestal obrigatória.
•Aquisição de equipamentos para execução das ações de redução do desmatamento ilegal e recuperação do passivo ambiental, notadamente as reservas legais e as áreas de preservação permanente dos imóveis rurais - PROLEGAL como estratégia potencial para a reposição florestal obrigatória

2.3.3 . GESTÃO DO *PROGRAMA 0512 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO*

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.
Objetivos Específicos	· Subsidiar a elaboração de planos, programas e projetos e propor alternativas para tomada de decisão, segundo o enfoque da compatibilização das atividades econômicas com o ambiente natural. · Conjugar os elementos de diagnóstico físico-biótico e socioeconômico, para estabelecer macrocenários exploratórios com vistas a apresentar alternativas ao desenvolvimento social, ambientalmente sustentável.

	· Identificar as políticas públicas nacionais de desenvolvimento e de meio ambiente, comparando suas afinidades e incongruências. · Reunir esforços de sistematização de dados e informações para dar suporte e agilizar os ZEEs regionais e estaduais. · Conceber e implementar formas de divulgação pública das informações utilizadas no processo de ZEE. · Identificar oportunidades de uso dos recursos naturais, estabelecendo os parâmetros necessários para sua exploração. · Identificar e analisar problemas ambientais, tais como áreas degradadas, usos inadequados dos solos, das águas superficiais e subterrâneas, exploração irregular de recursos ambientais e desenvolvimento urbano descontrolado. · Identificar conflitos de interesses entre os usos dos recursos naturais e as políticas ambientais, bem como a concorrência desses usos. · Identificar e analisar problemas socioeconômicos da população brasileira, em suas diferentes regiões, correlacionando-os a processos de dinâmica territorial. · Propor as diretrizes legais e programáticas de caráter preservacionista e de desenvolvimento econômico e social para cada sistema ambiental identificado e, quando for o caso, de ações voltadas à mitigação ou correção de impactos ambientais danosos, porventura ocorridos. · Promover o desenvolvimento de técnicas e instrumentos necessários para a elaboração de ZEE. · Propor a elaboração de instrumentos legais visando o desenvolvimento sustentável nas diferentes regiões do país. · Criar saídas (respostas) dos sistemas de informações que atendam aos principais usuários da gestão territorial. · Estimular mecanismos que favoreçam a criação e implementação de instrumentos e técnicas voltadas para a análise ambiental. · Promover o desenvolvimento de técnicas e instrumentos necessários à elaboração de ZEE. · Criar mecanismos de sistematização das informações existentes e garantir seu amplo acesso, divulgando as ações do ZEE, em formato analógico, multimídia e *internet.* - Estruturar o Banco de Dados Geográficos (BDG), de amplo acesso e facilitado uso, com os dados primários e secundários utilizados e produzidos pelos projetos, inclusive seus respectivos metadados. Tais dados serão gerenciados através de um Sistema Gerenciador de BDG, com o emprego de ferramentas que garantam o acesso via web das informações geoespaciais.
Gerente do programa	Egon Krakhecke
Gerente executivo	Roberto Ricardo Vizentin
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Roberto Ricardo Vizentin
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Zoneamento do Território Nacional
Público-alvo (beneficiários)	Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores)

O Programa ZEE iniciou uma nova fase no ano de 2008, buscando organizar o ZEE a partir de uma perspectiva nacional e macrorregional, conforme as diretrizes já estabelecidas nos anos anteriores e as modificações na estrutura ministerial, com a criação da Diretoria de Zoneamento Territorial.

Durante o ano de 2008, houve mudanças na direção do Ministério, com a troca de Ministro, Secretários e Diretores. Entretanto, a direção da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, a Diretoria de Zoneamento Territorial e a coordenação do Programa ZEE foram mantidas, fato que permitiu a continuidade das ações, com os devidos ajustes solicitados pela alta administração

No geral, as ações voltadas para as Orientações Estratégicas de Governo no PPA 2008 – 2011 foram mantidas, sobretudo as iniciativas de ZEE associadas aos processos de ordenamento territorial e gestão ambiental de áreas prioritárias. Na mesma linha, seguiram as orientações estratégicas do MMA quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, à inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas, ao incentivo à participação e controle social por parte da sociedade e ao fortalecimento do SISNAMA.

Entretanto, alguns resultados propostos para 2008 não foram alcançados. Em particular, a recuperação dos ZEEs elaborados no país com recursos federais, compilados em 2007, dependente de contratação de serviços especializados não tramitou adequadamente na área administrativa e, até o momento, não foi possível fechar o termo de referência. O mesmo ocorreu com: i) a elaboração de um Plano de Capacitação Nacional para a formação de agentes em gestão territorial, ambiental e, ii) com a criação de um sistema de monitoramento dos projetos de ZEE, definindo precisamente o estágio em que se encontram e sua efetividade.

PROJETOS EM EXECUÇÃO:

Projeto Macrozoneamento da Amazônia Legal

A nova direção do MMA orientou a Diretoria de Zoneamento Territorial a acelerar o projeto MacroZEE da Amazônia Legal, na perspectiva de proporcionar uma visão integrada da realidade ambiental e territorial da região, capaz de oferecer um conjunto de diretrizes e recomendações voltadas para ampliar a sustentabilidade das políticas, programas e projetos de desenvolvimento em curso na Amazônia. Assim, para além dos produtos específicos em andamento, a Coordenação do Programa iniciou um processo de elaboração do documento de referência que servirá de base para a execução do projeto. Cumpre ressaltar que, apesar da lacuna nos últimos anos de uma proposta operacional, institucional e política para elaboração do MacroZEE da Amazônia Legal, as condições técnicas foram construídas, tanto nas parcerias com os Estados, quanto por intermédio do Consórcio ZEE Brasil. Resta, portanto, a redação, discussão e convalidação, técnica e política, da proposta a ser apresentada. Esquematicamente, em 2008 os principais avanços no Macrozoneamento foram:

- Elaboração e discussão do documento de referência para o Projeto MacroZEE Amazônia Legal.
- Discussão de uma metodologia de atualização permanente do Mapa Integrado dos Estados da Amazônia Legal.
- Publicação do ZEE da Área de Influência da BR163 (diagnósticos, diretrizes e cenários prospectivos) em parceria com a Embrapa Amazônia Oriental e Governo do Estado do Pará.
- Recuperação e publicação das bases de informação dos Projetos Binacionais Fronteiriços Brasil – Venezuela, Brasil – Colômbia, Brasil – Peru, Brasil – Bolívia, em parceria com a CPRM – Serviço Geológico do Brasil.
- Fortalecimento das parcerias institucionais no âmbito do Consórcio ZEE Brasil e nas

relações de cooperação envolvendo os estados.

Projeto ZEE da Bacia do Parnaíba

- Estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica e Convênio com o Governo Estadual do Piauí.
- Elaboração, aprovação e articulação do Projeto para instalação de 02 Centros de Gestão Ambiental e Territorial – CEGAT na Bacia.
- Articulação institucional e apoio financeiro para a criação e instalação do Conselho Gestor da APA Delta do Parnaíba e elaboração de seu Plano de Gestão Ambiental e Territorial.
- Apoio à elaboração do Regimento Interno do Conselho Consultivo da Área de Proteção mbiental - APA Delta do Parnaíba.
- Contratação de consultoria para levantamento fundiário da região para a criação da Unidade de Conservação em Cajueiro da Praia/Peixe Boi Marinho – Piauí.

Projeto ZEE da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Elaboração de diagnóstico temático preliminar e mapa de sistemas naturais e uso e ocupação do solo.

15. Implantação do centro de gestão ambiental e territorial na Universidade Estadual de Goiás - UEG, município de Formosa e Cristalina – GO.

Projeto ZEE da Bacia do São Francisco

- Instalação de 01 (um) Centro de Apoio à Gestão Ambiental e Territorial – CEGAT em Formosa - GO. Em Formosa, foram firmadas parcerias com a Prefeitura de Formosa, Prefeitura de Cristalina e Universidade Estadual de Goiás.
- Realizadas negociações para instalação de mais 05 (cinco) CEGATs na bacia do rio São Francisco, a saber: Barreiras - BA, Araripina - PE, Petrolina - PE, Salgueiro -PE e Penedo - SE. Iniciados os processos de Acordos de Cooperação Técnica com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco, com a Universidade Federal Rural de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Estadual da Bahia e com o Centro de Recursos Ambientais da Bahia.
- Publicação dos diagnósticos da Socioeconomia, do Jurídico-institucional, dos Alvos Prioritários para Conservação da Biodiversidade e do Meio Físico, na escala do milhão, com previsão de publicação para o início de 2009.
- Elaboração de Acordos de Cooperação Técnica com o estado da Bahia e com a Fundação Joaquim Nabuco (Ministério da Educação e Cultura) e de termos de adesão à Rede Virtual de Informações da Caatinga com as secretarias de meio ambiente da Bahia e de Sergipe (Em tramitação na Consultoria Jurídica do MMA).

APOIO AOS ESTADOS:

- Interlocução com os Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás, Piauí, Bahia e Rio de Janeiro com vistas à cooperação técnica para a elaboração de seus respectivos ZEEs

- Realização e participação em eventos e seminários estaduais para sincronizar os ZEE e Zoneamento Agroecológico da Cana de Açúcar, executado pelo MAPA?EMBRAPA em parceria com o MMA.
- Apoio técnico à elaboração do Termo de Referência do ZEE do Estado do Maranhão.
- Apoio técnico e institucional ao Estado do Pará na atualização e internalização do ZEE da BR 163, elaborado pelo governo federal, ao Sistema Estadual de Planejamento e Ordenamento Territorial.
- Apoio institucional ao Estado de Roraima para retomada do processo de validação do ZEE Estadual.
- Apoio técnico e institucional ao Mato Grosso para a realização dos seminários técnicos e audiências públicas de discussão do ZEE do estado.
- Apoio técnico e institucional ao Estado do Amazonas para elaboração do MacroZEE do Estado.
- Realização, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do estado de Rondônia – SEDAM, de um balanço acerca dos avanços e necessidades das ações de implantação do ZEE no Estado.

ESTRUTURA DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS

Os recursos orçamentários e financeiros do Programa foram complementados por aporte de fontes externas, realizados através de parcerias com outros órgãos e programas, notadamente com o Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco e o Projeto PNUD BRA 022. Isso permitiu suprir as deficiências em equipamentos e instalações, bem como prover os órgãos e instituições parceiras com condições para executar os projetos técnicos e preparar a base operacional para implantação das ações decorrentes do ZEE.

A Diretoria conta, atualmente, com 18 (dezoito) membros dos quais 1(um) diretor (DAS 5), 1(um) assessor (analista ambiental, em licença), 1(uma) secretária, 5 (cinco) técnicos sênior (1 DAS 4, 4 (quatro) nível IV – contrato temporário), 5 (cinco) analistas ambientais concursados, 1 técnico médio (nível II – contato temporário), 1 (um) apoio administrativo terceirizado, 1 (uma) secretária júnior terceirizada e 2 (dois) estagiários.

A troca de membros da equipe ocorreu com a chegada de 5 novos analistas ambientais concursados (2008), a partir de meados do mês de agosto e início de setembro, porém, com a saída de 2 analistas ambientais concursados (2005). Houve, também, a saída de 1 Nível V – contrato temporário, que exercia a função de coordenador geral do Programa, no início de outubro de 2008. Com a incorporação à diretoria do Projeto Base Cartográfica da Amazônia Legal, na escala 1:100.000, originária no Subprograma de Políticas de Recursos Naturais – SPRN, ocorreu a transferência de 1 técnico nível IV – Contrato temporário.

Não obstante a equipe técnica ter aumentado com a chegada de novos analistas ambientais concursados, continua sem a dotação de cargos necessários à formalização de coordenações setoriais, apesar da transformação do setor de coordenação para diretoria. Atualmente, a Diretoria conta apenas com 2 (dois) cargos de Direção e Assessoria Superior relativos a 1 diretor (DAS 5) e 1 gerente de projeto (DAS 4). Ressalte-se que, em 2000, na constituição do Programa, havia 3 (três) cargos DAS – 4 disponíveis para o setor, herdados dos 14 (quatorze) cargos DAS 4 então disponíveis para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, antiga responsável pelo ZEE.

Além disso, vem ocorrendo uma transição na composição da equipe, tanto em função da chegada de analistas concursados, quanto em função do término do contrato de membros temporários, previsto para início de 2009. Isso causa certa instabilidade aos projetos e atividades da Diretoria, uma vez que os membros novos ainda estão conhecendo o setor e os membros temporários, com muita experiência, tornam-se desmotivados e começam a procurar novos empregos.

A equipe do Programa, além das atribuições técnicas de desenvolvimento, execução e gerência de projetos, realiza atividades administrativas e burocráticas tais como elaboração de convênios, planos operativos anuais, termos de referência para contração de serviços, apoio em logística e mobilização de equipes técnicas, bem como emissão de pareceres técnicos sobre projetos do legislativo e participação em grupos de trabalho institucionais.

QUADRO DA EQUIPE TÉCNICA DO ZEE – ANO 2008

NOME	CARGO	FUNÇÃO	SITUAÇÃO	DATA INÍCIO
Roberto Vizentin	DAS 5	Diretor	Nomeado	Fevereiro 2003
Leila Swerts	Analista Ambiental	Assessoria	Licença	
Nilva Alves de Oliveira	Apoio Técnico	Secretária	Terceirizado	Outubro 2003
Jacobson Rodrigues	Nível IV	Gerente	Temporário	Janeiro 2004
Luis Mauro Gomes Ferreira	Nível IV	Gerente	Temporário	Janeiro 2004
Leonel Teixeira	Nível IV	Gerente	Temporário	Janeiro 2004
Antonio Gutemberg de Souza	DAS 4	Gerente	Nomeado	Janeiro 2003
Marcus Antonio Martins de Oliveira	Nível IV	Gerente	Temporário	Dezembro 2004
Edicarlos Souza	Apoio Técnico	Aux. Adm.	Terceirizado	Agosto 2003
Paulo Rogério de Paiva Gomes	Nível II		Temporário	Agosto 2004
Bernardo Luiz Eckhardt da Silva	Analista Ambiental		Estágio probatório	Agosto 2008
Victor Assis Carvalho Santos	Analista ambiental		Estágio probatório	Agosto 2008
Maria Elisabete Silveira Borges	Analista Ambiental		Estágio probatório	Setembro 2008
Priscila Lopes Soares da Costa	Analista ambiental		Estágio probatório	Agosto 2008
Bruno Siqueira Abe Saber	Analista Ambiental		Estágio probatório	Agosto 2008
Daniela Pereira Nery	Apoio Técnico	Secretária	Terceirizado	Outubro 2003
Eurismar da Silva Souza	Estagiário			Outubro 2008

O Programa ZEE conta ainda com a Cooperação Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, através do Projeto BRA 00/22, que tem por objetivo "participar dos esforços empreendidos pelo Ministério do Meio Ambiente no sentido de preparar instrumentos de gestão ambiental e de desenvolvimento sustentável, em benefício da qualidade ambiental e da qualidade de vida no Brasil", previsto para ser encerrado em junho de 2009. O ZEE constitui o objetivo imediato 1, a saber, "planejar, programar e coordenar, de forma articulada, participativa e descentralizada, a execução do Zoneamento Ecológico Econômico no Território Nacional".

O Projeto BRA 00/22 atua dispondo infra-estrutura às ações do Programa ZEE tais como equipamentos, máquinas, serviços de terceiros - pessoa jurídica e de consultores especializados contratados por produto.

O Programa ZEE também conta com o apoio de Cooperação Técnica da GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit através da Linha 3 do Projeto de Cooperação Gestão Territorial para o Desenvolvimento Regional, no âmbito do Programa Amazônia, com o objetivo de fortalecer instituições e proporcionar capacidades para o ordenamento territorial e o desenvolvimento regional no âmbito do MMA e dos estados do Acre, Amazonas e Pará.

Os trabalhos realizados pelo Programa ZEE, por meio de consultoria pessoa física, no âmbito da Cooperação Técnica durante o ano de 2008 encontram-se no quadro a seguir:

PRODUTO	PROJETO	CONSULTOR	DATA
Apoio ao MacroZEE da Amazônia Legal	GTZ - PCT	Kátia Castro Matteo	maio
Metodologia de atualização do mapa integrado dos ZEEs da Amazônia Legal pelos Estados	PNUD – BRA00/22	Francisco Furtado	outubro
Integração temática do diagnóstico do ZEE da RIDE-DF	PNUD – BRA00/22	Edilene Silva	janeiro
Insumos técnicos para a reunião anual da Rede BCDAM - Base de Dados Compartilhadas da Amazônia.	PNUD – BRA00/22	Plácido Curvo	janeiro

2.3.3.1 - PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 0512

➢AÇÃO 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Dados gerais da ação

Tipo	Administrativa
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Roberto Ricardo Vizentin
Unidades executoras	440040 e 440001
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Zoneamento Territorial - DZT
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	1.446.952,00	1.446.951,98	1.446.951,98	100

Obs. Não há previsão de metas fisicas na LOA

>AÇÃO 7413 – MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO BRASIL NA ESCALA 1:1000.000

Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Consolidar o macrodiagnóstico e macrozoneamento do país na escala da União
Descrição	Elaboração de macrocenários exploratórios de desenvolvimento e uso dos recursos naturais, na escala nacional, para orientar projetos regionais e locais de Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE, bem como subsidiar a discussão sobre desenvolvimento regional no Brasil; organização e aplicação de indicadores nacionais; articulação, padronização e automatização da base de informações na escala do milhão
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Roberto Ricardo Vizentin
Unidades executoras (1)	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Zoneamento Territorial - DZT
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	1.428.020,03	1.368.640,00	1.368.640,00	100

META	PREVISÃO	LIMITE FÍSICO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
FÍSICA	**44%**	**34%**	**Projeto Executado**	**% execução física**

A partir de 2008 a Coordenação do Programa passou a considerar a execução dos projetos de zoneamentos na escala regional como parte do macrozoneamento do Brasil na escala de 1:1.000.000. Em efeito, na medida em que avança a elaboração dos Macrozoneamentos da Amazônia Legal, das bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba e de outras áreas prioritárias, amplas espaços do território nacional vão sendo revestidos de diretrizes e estratégias de gestão ambiental e territorial. Entretanto, esse efeito cumulativo representado pela execução do zoneamento nas regiões não realiza plenamente os objetivos e finalidade de um macrozoneamento que tenha o território nacional como referência geográfica de intervenção.

Por essa razão, a presente ação não perdeu seu sentido estratégico sendo que em 2008 foram gerados insumos importantes para a consolidação, no limite temporal do atual PPA, de uma proposta de macrozoneamento do país. Vale destacar:

1) Geração de estudos e subsídios ao Macrozoneamento:

- Elaboração e divulgação pela internet dos artigos temáticos relativos à Dinâmica Territorial Brasileira, como insumo para trabalhar uma perspectiva nacional no Projeto MacroZEE Brasil.

2) Articulação com outros instrumentos de políticas públicas:

- Conclusão, em parceria com o MAPA/EMBRAPA, do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, coordenado pela Embrapa e executado em parceria com o Consórcio ZEE Brasil.

- Articulação com o Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca para definição de atividades nos núcleos de desertificação do Semi-árido brasileiro.

- Participação na Comissão Nacional de Cartografia, com encaminhamento de ações relativas ao Projeto da Base Cartográfica Digital em escala 1:100.000 da Amazônia Legal, com intuito de incorporar as bases de dados cartográficos e geográficos estaduais ao Sistema Nacional de Cartografia e à Infra-estrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE.

3- Integração da base de dados e informações

➢AÇÃO 7965 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS SOBRE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar a gerência e os usuários do Programa, bem como os executores regionais, estaduais e locais de ZEE, de informações sistematizadas e organizadas em uma mesma base de dados.
Descrição	Desenvolvimento do Projeto do Banco de Dados; padronização da linguagem entre as instituições consorciadas;implantação do sistema de tratamento da informação espacial; desenvolvimento, manutenção e suporte para produtos de software de domínio público para geração de produtos de Programa; aquisição, tratamento e interpretação de imagens de sensoriamento remoto para atualizar cartografia básica e temática e identificar unidades ambientais; construção e manutenção de portal na internet; compartilhamento de dados e procedimentos entre diferentes bancos; criação de módulos de acesso.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Roberto Ricardo Vizentin
Unidades executoras (1)	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Zoneamento Territorial - DZT
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

Metas e resultados da ação no exercício

META	**PREVISÃO**	**LIMITE ORÇAMENTÁRIO**	**EXECUÇÃO**	**EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %**
Financeira	600.000,00	527.619,00	527.618,94	100

META	**PREVISÃO**	**LIMITE FÍSICO**	**EXECUÇÃO**	**EXECUÇÃO/ LIMITE FÍSICO %**	**PRODUTO**	**UNIDADE DE MEDIDA**
FÍSICA	**20%**	**15%**	**15%**	**100**	**Sistema implantado**	**% execução física**

Recuperação, organização e disponibilização das bases de informações:

- O MMA estabeleceu uma política unificada de tratamento das informações associadas a gestão ambiental do país. Um dos instrumentos dessa política é a Interface de Integração de Informações Geográficas – I3GEO, desenvolvido no contexto dos softwares livres. O I3GEO é um software público para internet baseado em um conjunto de outros softwares livres, principalmente o Mapserver, tendo como foco principal a disponibilização de dados aliados a um conjunto de ferramentas de navegação, geração de análises, compartilhamento e geração de mapas sob demanda. A presente ação do Programa ZEE foi grandemente beneficiada por essa política e pelos instrumentos de gestão da informação a ela associada. Nesse sentido, a coordenação do Programa ZEE vem trabalhando estreitamente com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Informática - CGTI/MMA, responsável pela montagem e operação da Interface para adequar, adaptar e sintonizar a base de dados e as finalidade da Ação a esse contexto de disponibilização da informação, formando uma base de dados que divulgará as informações espaciais relativas ao Programa ZEE por meio do I3GEO, obedecendo o padrão segundo a Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE.

- Início do desenvolvimento do Atlas da Amazônia Legal para facilitar a divulgação do Macrozoneamento da Amazônia Legal para a população.

- Organização do banco de dados do Macrozoneamento da Amazônia Legal

- Proposição de termo de referência para contratar a recuperação dos ZEEs executados em diferentes escalas com apoio do financeiro do governo federal e montar um banco de dados com as informações referentes a esses projetos.

- Apoio ao Sistema de Bases Compartilhadas de Dados sobre a Amazônia – BCDAM, em parceria com o Departamento de Articulação de Ações para Amazônia, no gerenciamento da Secretaria-Executiva do BCDAM; no Grupo Temático de Planejamento; na coordenação do Grupo Temático de Geotecnologias e Intercâmbio de Dados Geográficos.

- Início da reestruturação das informações sobre o Programa ZEE no site do MMA e da criação de uma identidade para o programa ZEE.

- Apoio ao Sistema de Bases Compartilhadas de Dados sobre a Amazônia – BCDAM, em parceria com o Departamento de Articulação de Ações para Amazônia, no gerenciamento da Secretaria-Executiva do BCDAM; no Grupo Temático de Planejamento; na coordenação do Grupo Temático de Geotecnologias e Intercâmbio de Dados Geográficos; na elaboração da XIV Reunião Anual, realizada em Cuiabá de 12 a 14 de novembro de 2008.

- Participação na Comissão Nacional de Cartografia, com encaminhamento de ações relativas ao Projeto da Base Cartográfica Digital em escala 1:100.000 da Amazônia Legal, com intuito de incorporar as bases de dados cartográficos e geográficos estaduais ao Sistema Nacional de Cartografia e à Infra-estrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE e na proposição da atualização das bases cartográficas da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF para a versão 2007 da Mapoteca Nacional Digital.

>AÇÃO 1J30 – ELABORAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA DIGITAL DA AMAZÔNIA LEGAL

Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Elaborar a base cartográfica digital contínua da Amazônia Legal em escala 1:100.000
Descrição	Avaliação e validação (homologação pela Diretoria de Serviços Geográficos do Exército - DSG e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) das bases cartográficas elaboradas pelos estados de Rondônia, Acre, Maranhão, Tocantins e Amapá. Conversão para o meio digital e atualização da base analógica existente, elaborada pela DSG e pelo IBGE. Elaboração da base preliminar do vazio cartográfico existente na região. Ajuste, correção e homologação da base cartográfica do Estado do Mato Grosso. Integração das bases em arquivo digital único.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Roberto Ricardo Vizentin
Unidades executoras (1)	440073
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de Zoneamento Territorial - DZT
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	10.800.000,00	7.165.905,65	7.165.905,65	100

META	PREVISÃO	LIMITE FÍSICO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ LIMITE FÍSICO %	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA
FÍSICA	**1861**	**1861**	**561**	**31**	**Carta**	**unidade**

A falta de uma base cartográfica digital contínua da Amazônia Legal em escala 1:100.000, integrada ao Sistema Cartográfico Nacional, dificulta sobremaneira o planejamento regional voltado ao desenvolvimento sustentável e à implementação de instrumentos de gestão ambiental e territorial.

Nesse sentido, a principal contribuição que o projeto dará ao meio ambiente é a possibilidade de aprimoramento do planejamento territorial e a capacidade para agir de forma mais adequada e direcionada, uma vez que o monitoramento e a fiscalização dos recursos florestais e a regularização fundiária, por exemplo, ficam vulneráveis em função das incertezas cartográficas que levam à lentidão e à inviabilização de processos administrativos e jurídicos contra aqueles que utilizam de maneira ilegal os recursos naturais da região.

A geração da base cartográfica na escala detalhada está contribuindo, ainda, para aumentar a eficácia e eficiência das ações dos governos federal, estaduais e municipais, assim como das instituições privadas, na medida em que permite o planejamento e a intervenção em bases espacialmente georeferenciadas. Outro resultado importante derivado da execução do projeto foi sua contribuição para a reestruturação dos órgãos responsáveis pela cartografia nacional, no caso o Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE) e a Diretoria de Serviço Geográfico (DSG) do Exército, e o soerguimento da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) como órgão balizador da cartografia nacional, possibilitando o estabelecimento de metodologias e técnicas atualizadas das normas dentro dos padrões nacionais e internacionais, como a Infra-estrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e a Mapoteca Topográfica Digital (MTD4), bem como a obrigatoriedade do lançamento dos metadados.

Com término previsto para setembro de 2009, o custo total do projeto, desenvolvido em parceria com o IBGE e a DSG do Exército, é de US$ 5,5 milhões, sendo US$ 5 milhões oriundos do Fundo Fiduciário do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), gerenciado pelo Banco Mundial, e US$ 500 mil como contrapartida do governo brasileiro.

Montante Desembolsado

O contrato têm o valor de US$ 4.500.000,00 (Quatro milhões e quinhentos mil dólares), financiado pelo Fundo do Programa Piloto para Proteção da Florestas Topicais do Brasil – RFT e gerenciado pelo Banco Mundial-BIRD.
O montante desembolsado do empréstimo são apresentados neste documento através dos valores disponibilizados à partir de julho 2008:

Lei Orçamentária Anual 2008	R$ 10.800.000,00
Tesouro	R$ 10.800.000,00
Empenhado	R$ 6.772.995,00
Empenho pago	R$ 3.267.955,00

Dados atualizados até 14/01/2009 -Fonte: SIAFI/SIDOR (Client Conection) Anexo I.

Montante de Pedido de Reembolso

Até o momento foi disponibilizado pelo BIRD, para a conta especial o valor de **US$ 800.000,00,** conforme contrato.
A primeira solicitação de reembolso do projeto Base Cartográfica será de **R$ 1.363.647,26** que será requisitado ao BIRD pelo STN e ocorrerá ainda na segunda semana do mês de março de 2009.

Razão da não utilização dos recursos no prazo previsto

As razões pela não utilização dos recursos no prazo previsto estão atreladas às dificuldades técnicas para a execução das atividades e a problemas Jurídico Administrativos ocasionados pela complexidade de se viabilizar termos de cooperação técnica entre as três instituições envolvidas com seus próprios aparatos Jurídicos. Os termos de cooperação, apenas poderiam ser viabilizados após a assinatura do contrato com o BIRD e a disponibilização dos recursos orçamentários para o projeto, que apenas foram liberados após a aprovação do orçamento em Maio de 2008. Esses problemas acarretaram a redução dos prazos de elaboração dos produtos e respectivas metas de produção, espelhados nos planos de trabalho das instituições executoras.

Além destes fatores temos de considerar a complexidade envolvida nas licitações e os prazos para viabilização das aquisições que envolvem todo um aparato administrativo associados aos repasses orçamentários e financeiros.

Portanto os prazos de execução se revelaram extremamente curtos para a elaboração dos produtos, devido a complexidade técnica envolvida para uma região do porte da Amazônia Legal e ainda a complexidade dos acordos envolvidos que reduziram o prazo de execução para limites quase inexeqüíveis para o atingimento de 100% do total da Meta prevista.

Ainda que tenham apresentado tais entraves, o Ministério do Meio Ambiente para evitar a interrupção intempestiva desse projeto apoiou a conclusão das atividades previstas através dos termos de cooperação técnica que prevêem a conclusão dos trabalhos em fins de 2009.

Constata-se desta forma a redução do prazo de execução a um nível bastante preocupante, afetando o cumprimento das metas traçadas nos respectivos planos de trabalho apresentados. Neste sentido ficou acertado com os co-executores que até a data prevista para o encerramento do contrato a realização de pelo menos 40% da meta prevista para o IBGE e de 60% da meta prevista para o Exército. Sendo acertando a entrega das folhas e/ou relatórios produzidos até a finalização da realização dos recursos junto ao banco Mundial na data de 31 de março.

Assim a possibilidade de prorrogação ou o aditamento deste contrato até setembro de 2009 possibilitará o atendimento da execução das metas planejadas em 100%.

Medidas adotadas para superar as dificuldades

Constatamos que a fase mais onerosa em termos do tempo previsto foi superada na medida que os termos de cooperação técnicas com o IBGE e o Exército estão em pleno desenvolvimento e as principais licitações previstas concluidas e em fase de pagamento. Portanto poderá haver uma maior concentração de esforços na execução dos produtos e uma maior agilidade operacional na medida que os novos equipamentos e softwares adiquiridos possibilitarão uma "up grade" nos prazos de produção das folhas requeridas tanto para o IBGE quanto para o Exército. Neste sentido se for concedido o aditamento dos prazos, que não acarretam nenhum custo adicional, além dos recursos já previstos no orçamento.

Desta forma propomos uma adequação nas metas traçadas para permitir a conclusão e a incorporação da base cartográfica na escala de 1:100:000 dentro dos prazos do contrato internacional que desta forma possibilitará o ressarcimento ao tesouro do total de recursos repassados na medida que fecharmos os totais de folhas previstas dentro do novo prazo acordado.

Para superar as dificuldades apontadas durante a execução dos convênios firmados com o IBGE e o Exército, a Diretoria de Zoneamento Territorial/SEDR, procederá o levantamento junto ao IBGE e ao Exército da situação atual do convênio, agrupando-os em distintas categorias, de acordo com o seu nivel de execução, estado atual das prestações de contas parciais e datas de vigência, conforme se segue:

- Termo de cooperação técnica do Exército data de encerramento em abril/2010.
- Termo de Cooperação Técnica do IBGE com data de encerramento em agosto/2010.

Em seguida foram elaboradas as estratégias de apoio aos termos de cooperação com as instituições que incluem:

- monitoramento da confecção dos produtos previstos nos termos de cooperação técnica;
- monitoramento de envio das prestações de contas;
- priorização do acompanhamento da produção das folhas previstas e sua incorporação à CONCAR.

Ações para o apoio ao projeto

Para o apoio ao projeto estão previstas algumas ações de apoio direto aos convenentes, entre elas:

- Visita aos co-executores para acompanhar a elaboração das folhas e apoio técnico as prestações de contas;
- Oficina de capacitação;
- Orientação sobre prestação de contas dos co-executores.
- Orientação e acompanhamento através do SIGMA.

Cronograma de implementação

Visando as ações para o alcance dos resultados propostos, apresenta-se neste item o cronograma de implementação das metas previstas.

Cronograma de entrega de produtos exército

Estágio atual e estimativa de alcance de metas da Diretoria de Serviços Geográficos do Exército Brasileiro (DSG) referentes ao Projeto Base Cartográfica Digital da Amazônia:

Metas Físicas	Estágio Atual	%	Meta para Set/09	%
Avaliação técnica da qualidade dos arquivos vetoriais de **201 (duzentas e uma)** folhas – Estados do AC, AP, e TO	201 avaliadas e auditadas	100	201	100
Conversão para o meio digital, atualização, estruturação e validação e preparação para carga em banco de dados para utilização em sistemas de informações geográficas de **425 (quatrocentas e vinte e cinco)** folhas – Estados do AM e PA	140 atualizadas (prontas) 246 restantes já vetorizadas	54	425	46
Ajuste e correção, atualização e a preparação para carga em banco de dados para utilização em sistemas de informações geográficas de **282 (duzentas e oitenta e duas)** folhas - Estado do MT	282 já vetorizadas	Por volta de 40%	282	60
Construção de **324 (trezentas e vinte e quatro)** cartas topográficas preliminares, na escala 1:100.000, com base em imagens georreferenciadas de sensor orbital de média resolução, relativas à região de vazio cartográfico – Estados do AM, MT e PA	38 prontas	12	324	88
TOTAL - 1232	**379**	**31**	**1232**	**69**

Cronograma de entrega de produtos IBGE

Estágio atual e estimativa de alcance de metas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao Projeto Base Cartográfica Digital da Amazônia para março de 2009, sem e com contratação adicional de 12 técnicos (com qualificação e equipamentos e softwares adequados):

Metas Físicas	Estágio Atual (DEZ/2008)	%	Metas para Set 09	%
Avaliação técnica da qualidade dos arquivos vetoriais de **421** folhas - Estados AP, MA, RO, RR	111 cartas de RO e 31 do AP já avaliadas e auditadas (totalizando 142)	32	421 prontas	68
Conversão para o meio digital, atualização, estruturação e validação e preparação para carga em banco de dados para utilização em sistemas de informações geográficas de **36** folhas – Estados do AM e PA	20 prontas, outras 16 já vetorizadas	56	36 prontas	44
Construção de **126** cartas topográficas preliminares, na escala 1:100.000, com base em imagens georreferenciadas de sensor orbital de média resolução, relativas à região de vazio cartográfico – Estado do PA	20 prontas 83 vetorizadas 23 iniciando	16	126 prontas	84
TOTAL - 583	**182**	**31**	**583**	**69**

Riscos Potenciais

O principal risco potencial que poderá afetar o projeto se restringe a capacidade dos co-executores de cumprirem as metas traçadas e a capacidade do Ministério do Meio Ambiente de acessar os recursos disponibilizados e repassá-los aos co-executores com agilidade e eficiência.

Recursos materiais, humanos e parcerias.

O projeto se desenvolve embasado nos termos de cooperação técnica firma dos com o Exército e com o IBGE, neste sentido ambas as instituições tem disponibilizado suas estruturas de pessoal e material para a implementação do projeto, buscando atingir as metas propostas e se capacitando técnica e estruturalmente para o cumprimento das ações traçadas e para as metas acordadas.

O projeto no MMA conta com apoio de dois técnico especialistas temporários e uma gestora administrativa do quadro efetivo.

2.4. Desempenho Operacional

Indicadores

1) Zoneamentos incorporados pela CCZEE (Comissão Coordenadora do ZEE)
   Utilidade: indica em que medida os projetos de zoneamento vão sendo incorporados ao conjunto dos zoneamentos no pais;
   Tipo: indicador de efetividade
   Resultado:
   - até 2007 – 4 (estados do Acre, Rondônia, Pará e Mato Grosso)
   - em 2008 - 1 (BR-163)
   Disfunções e medidas:
   Formalmente a Comissão recepciona os ZEEs após sua aprovação pelas instâncias estaduais (ver Decreto 4297/2002), fato que vinha dificultando a compatibilização entre os zoneamentos e as políticas públicas federais. Como medida de superação dessa situação, foi adotado o procedimento de convidar os estados para a apresentarem e discutirem na CCZEE seus respectivos zoneamentos durante a fase de sua elaboração.
2) Programas de recuperação ambiental, derivados do Zoneamento, aprovados
   Utilidade: indica desdobramentos do Zoneamento, com impactos positivos sobre a conservação ambiental
   Tipo: indicador de efetividade
   - até 2007 – 2 (Rondônia e Acre)
   - 2008 – 0
   Disfunções e medidas:
   Verifica-se uma baixa sincronia e integração entre esses programas e a ações dos órgãos federais que poderiam potencializar seus resultados. A Coordenação do Programa ZEE está ampliando a divulgação desses programas dentro do MMA e entre os Ministérios que compõem a CCZEE como forma de buscar um maior alinhamento entre as partes vinculadas aos objetivos e estratégias dos programas de recuperação ambiental
3) Vinculação do ZEE a Políticas Públicas federais
   Utilidade: indica a internalização do Zoneamento como instrumento base para tomada de decisão, no âmbito federal;
   Tipo: indicador de eficácia
   Resultado:
   - em 2008 - 2 (1. Resolução do Conselho Monetário Nacional que vinculou a concessão de crédito rural a observância do ZEE e 2. realização do Zoneamento Agrícola de Risco Climático, apenas em áreas indicadas pelo ZEE para atividades agrícolas)

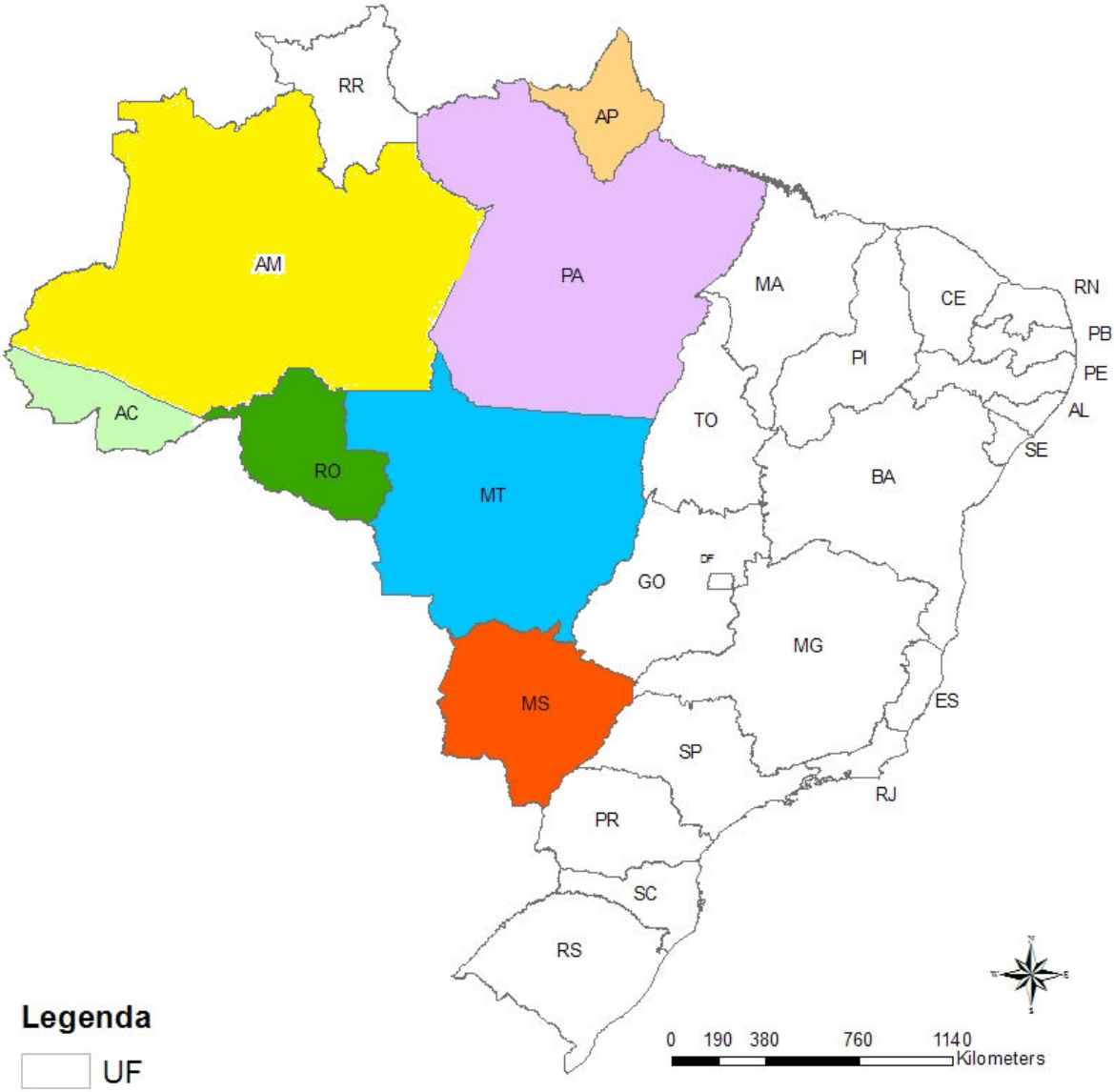
Disfunções e medidas: No que pese seu caráter vinculante, é forçoso reconhecer que o ZEE ainda não é amplamente incorporado pelo conjunto das políticas setoriais. A ampliação da composição da CCZEE e do Consórcio ZEE Brasil com a entrada de novos Ministérios é órgãos federais, assim como o fortalecimento dessas instâncias mediante empoderamento e valorização do papel estratégico que cumprem, foram as principais medidas adotadas para superar a situação

4) Cobertura territorial do Zoneamento
Utilidade: o avanço do zoneamento pelo território nacional indica a expansão de processos negociados de planejamento da ocupação do território e a disponibilização de instrumentos base para tomada de decisão;
Tipo: indicador de eficácia
Resultado:
- até 2007 – 36 % do território nacional
- em 208: mais 27,3% do território nacional, totalizando 63,3%
Disfunções e medidas: sem registro

5) Assinatura de instrumentos de apoio e cooperação com estados e municípios
Utilidade: indica a materialização do apoio do Programa ZEE para a realização de ZEEs estaduais
Tipo: indicador de eficiência
Resultado:
- até 2007 – 14 (Acordos de Cooperação com os 9 estados da Amazônia Legal; Convênio com os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná; e Acordos para adesao à Rede Virtual da Caatinga com os estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco)
- em 2008 – 5 (Acordos de Cooperação com Maranhão , Piauí, Paraná e Goiás e com o município de Goiânia)
Disfunções e medidas: sem registro

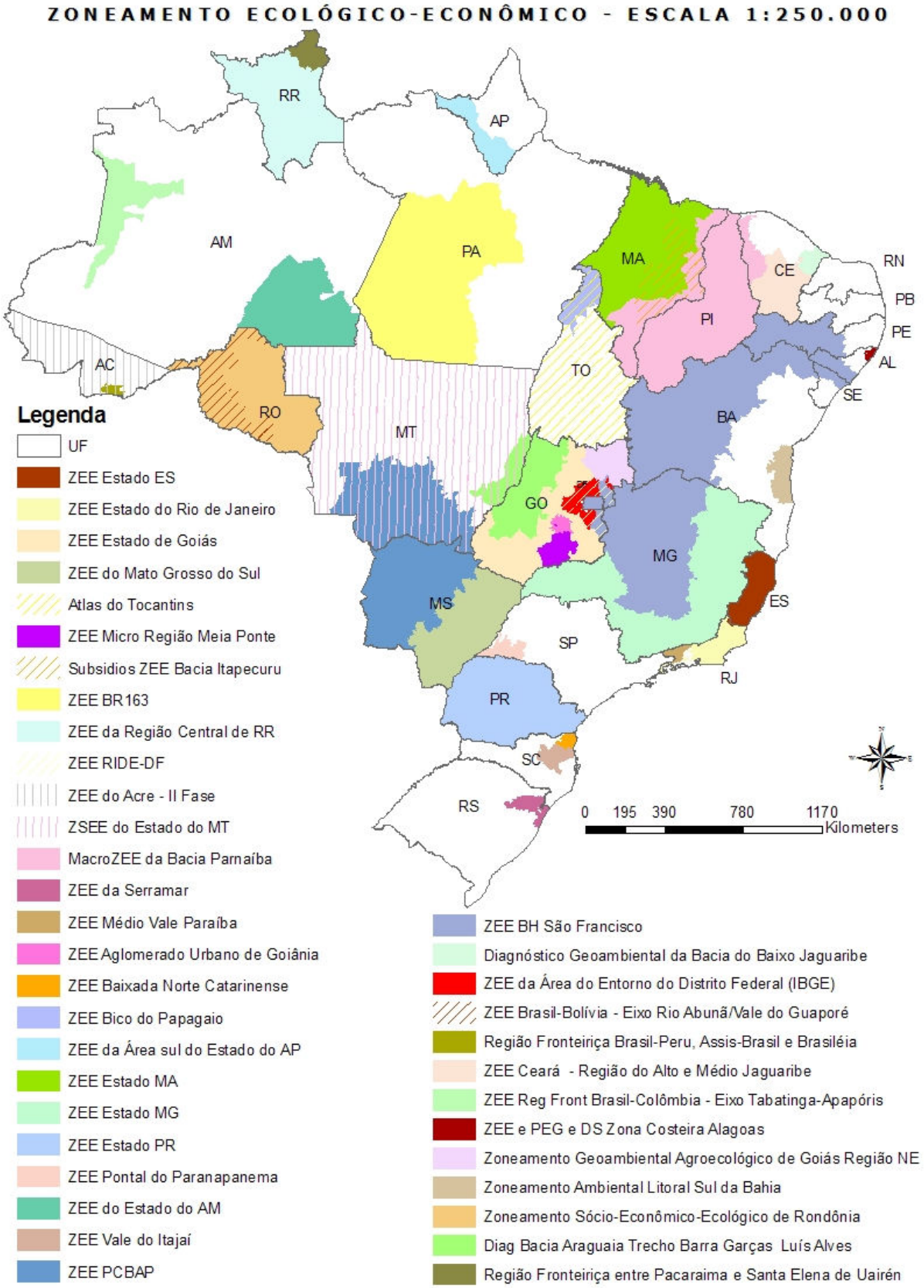
6) Execução direta de projetos
Utilidade: indica o envolvimento da equipe do Programa ZEE na execução de projetos de Zoneamento;
Tipo: indicador de eficiência
Resultados:
- em 2008: 5 (projetos concluídos ou em andamento: São Francisco, Parnaíba, Ride-DF, BR-163 e MacroZee da Amazônia Legal)
Disfunções e medidas:
Baixa dotação orçamentária e reduzido número de técnicos na equipe do Programa ZEE são as principais causas de impacto nos resultados do indicador. Com relação ao orçamento houve grande empenho da administração superior do MMA na interlocução com o Congresso Nacional que aprovou emendas orçamentarias para o Programa ZEE. Quanto ao pessoal, foram incorporados novos analistas concursados e contratadas consultorias especializadas via Projetos de Cooperação Internacional PNUD BRA 022.

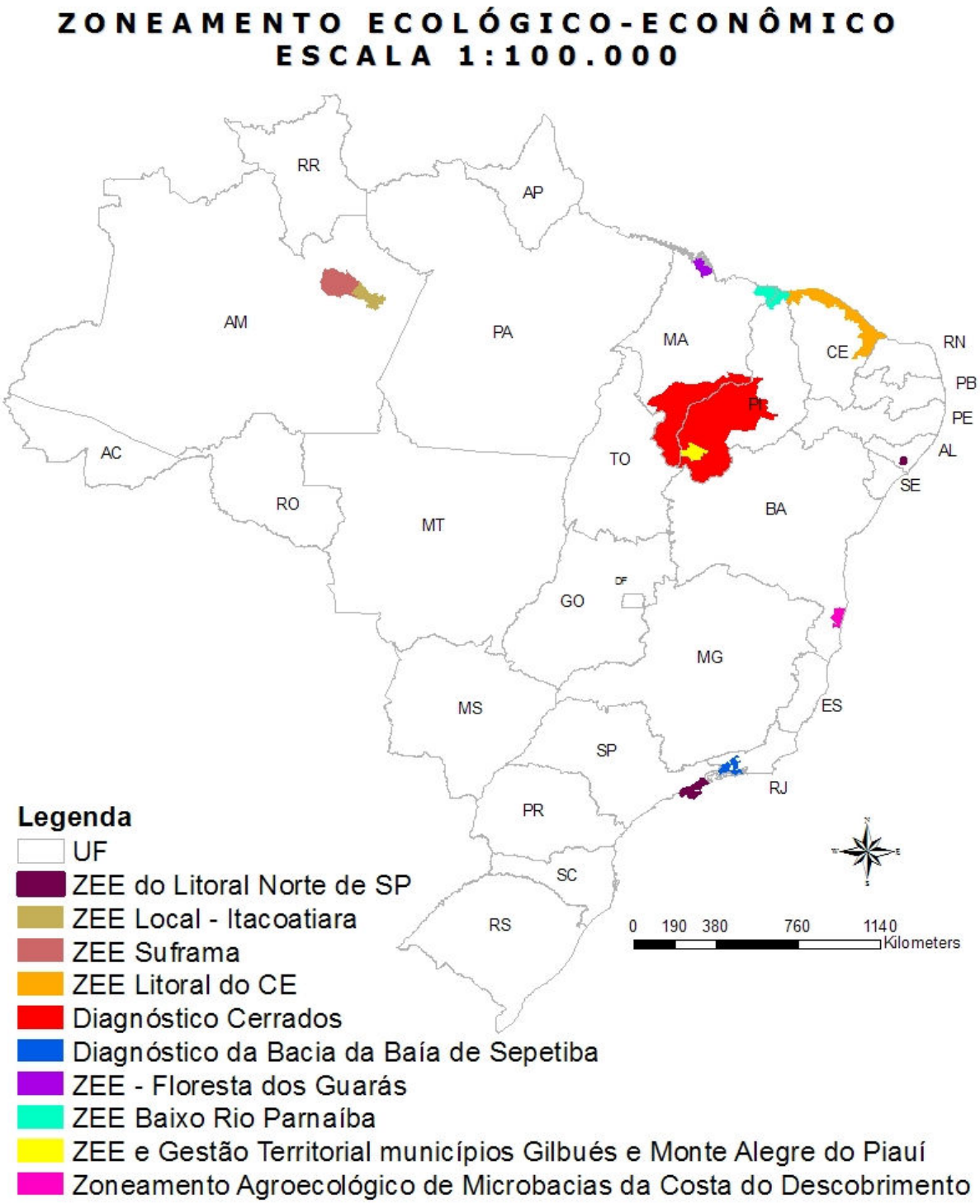
ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO - ESCALA 1:1.000.000



Legenda

- UF
- MacroZEE Pará
- Macrozoneamento do Estado de Rondônia
- ZEE do Estado do Acre
- Macrozoneamento do Estado do Mato Grosso
- Macrodiagnóstico do Estado do Amapá
- Macrozoneamento Geoambiental do Estado do Mato Grosso do Sul
- Macrozoneamento do Estado do Amazonas


ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO - ESCALA 1:250.000
RR
AP
AM
PA
MA
CE
RN
PB
PE
AL
SE
PI
AC
RO
MT
TO
BA
GO
MG
ES
MS
SP
RJ
PR
SC
RS
0 195 390 780 1170
Kilometers
Legenda
UF
ZEE Estado ES
ZEE Estado do Rio de Janeiro
ZEE Estado de Goiás
ZEE do Mato Grosso do Sul
Atlas do Tocantins
ZEE Micro Região Meia Ponte
Subsidios ZEE Bacia Itapecuru
ZEE BR163
ZEE da Região Central de RR
ZEE RIDE-DF
ZEE do Acre - II Fase
ZSEE do Estado do MT
MacroZEE da Bacia Parnaíba
ZEE da Serramar
ZEE Médio Vale Paraíba
ZEE Aglomerado Urbano de Goiânia
ZEE Baixada Norte Catarinense
ZEE Bico do Papagaio
ZEE da Área sul do Estado do AP
ZEE Estado MA
ZEE Estado MG
ZEE Estado PR
ZEE Pontal do Paranapanema
ZEE do Estado do AM
ZEE Vale do Itajaí
ZEE PCBAP
ZEE BH São Francisco
Diagnóstico Geoambiental da Bacia do Baixo Jaguaribe
ZEE da Área do Entorno do Distrito Federal (IBGE)
ZEE Brasil-Bolívia - Eixo Rio Abunã/Vale do Guaporé
Região Fronteiriça Brasil-Peru, Assis-Brasil e Brasiléia
ZEE Ceará - Região do Alto e Médio Jaguaribe
ZEE Reg Front Brasil-Colômbia - Eixo Tabatinga-Apapóris
ZEE e PEG e DS Zona Costeira Alagoas
Zoneamento Geoambiental Agroecológico de Goiás Região NE
Zoneamento Ambiental Litoral Sul da Bahia
Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia
Diag Bacia Araguaia Trecho Barra Garças Luís Alves
Região Fronteiriça entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén


ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
ESCALA 1:100.000
RR
AP
AM
PA
MA
CE
RN
PB
PE
AL
SE
PI
AC
TO
RO
MT
BA
DF
GO
MG
ES
MS
SP
RJ
PR
SC
RS
0 190 380 760 1140
Kilometers
Legenda
UF
ZEE do Litoral Norte de SP
ZEE Local - Itacoatiara
ZEE Suframa
ZEE Litoral do CE
Diagnóstico Cerrados
Diagnóstico da Bacia da Baía de Sepetiba
ZEE - Floresta dos Guarás
ZEE Baixo Rio Parnaíba
ZEE e Gestão Territorial municípios Gilbués e Monte Alegre do Piauí
Zoneamento Agroecológico de Microbacias da Costa do Descobrimento

2.3.4 . GESTÃO DO *PROGRAMA 1080– COMBATE À DESERTIFICAÇÃO*

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação
Objetivos Específicos	• Criar os mecanismos institucionais de coordenação, participação e ação entre o setor público, a sociedade civil e o setor privado; • Aprimorar o conhecimento da situação dos processos de desertificação e de ocorrência de secas no Brasil, a ser atualizado sistematicamente; • Formular diretrizes para a concepção, formulação e revisão de políticas e ações de apoio ao desenvolvimento sustentável das áreas susceptíveis ou afetadas por processos de desertificação; • Colaborar com os estados e municípios na formulação e implementação de estratégias de combate à desertificação; • Criar institucionalidades e fortalecer a atuação das instituições responsáveis pelo combate à desertificação; • Implementar ações pactuadas e integradas que levem ao desenvolvimento sustentável de áreas afetadas e sujeitas a processos de desertificação, segundo os princípios e orientações da CCD; • Instituir processos participativos de planejamento e pactuação entre os diferentes atores; e • Criar instrumentos de apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas, compatíveis com a preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.
Gerente do programa	Egon Krakhecke
Gerente executivo	Marcos Dal Fabro
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	José Roberto de Lima
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Somatório das áreas com efetivas intervenções de combate à desertificação
Público-alvo (beneficiários)	População das Áreas Susceptíveis á Desertificação - ASD

2.3.4 . 1 - PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 1080

>AÇÃO 8906 - Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação - PAN-Brasil

Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Promover ampla articulação com os Estados e sociedade civil para o desenvolvimento de ações de controle e combate à desertificação no País, a fim de cumprir com os compromissos assumidos pelo Brasil junto a Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca CCD
Descrição	Para a implementação da ação pretende-se promover: i) o apoio aos estados envolvidos na construção ou revisão e implementação dos Planos de Ação Estaduais de Combate à Desertificação, prezando a efetiva participação social; ii) a articulação com os atores sociais locais (organizações não governamentais) e os governos estaduais para a implementação e revisão das ações de combate à desertificação, a luz das diretrizes estabelecidas no PAN; e iii) a revisão e discussão do PAN prezando a participação social.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Marcos Dal Fabro
Unidades executoras	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Combate à Desertificação
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

Desde 2003 o tema "Combate à desertificação" vem crescendo consideravelmente, tanto do ponto de vista da inserção da temática nas várias políticas públicas, como do ponto vista orçamentário.

Considerando que o tema "desertificação" não possuía uma penetração nas estruturas oficiais, no âmbito do Governo Federal, dos governos estaduais ou municipais, assim como não era do conhecimento da maioria das populações, mesmo as diretamente atingidas pelo fenômeno, buscou-se fazer da elaboração do PAN-Brasil - Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca uma estratégia de disseminação do tema no Brasil.

O objetivo principal do PAN-Brasil é estabelecer diretrizes, instrumentos legais e institucionais voltados a otimizar a formulação e execução de políticas públicas e investimentos privados nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD) visando o desenvolvimento sustentável. O Programa busca focar suas ações no apoio ao desenvolvimento sustentável das ASD, por meio do estímulo e da promoção de mudanças no modelo de desenvolvimento em curso. Desta forma, o combate à pobreza e às desigualdades são os elementos norteadores dessas mudanças, aliado à recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais.

No Brasil, atualmente, as Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD) abrangem o trópico semi-árido, subúmido seco e áreas de entorno, ocupando cerca de 1.340.000 km2, em 1488 municípios, atingindo diretamente cerca 32 milhões de pessoas. Desse total, 180 mil quilômetros quadrados já se encontram em processo grave a muito grave de desertificação, concentrados principalmente nos estados do Nordeste, que têm 55% do seu território atingido em diferentes graus

de deterioração ambiental. As áreas com níveis mais intenso de degradação configuram os núcleos de desertificação que compreendem as regiões de Gilbués, no Piauí, Irauçuba, no Ceará, Seridó, no Rio Grande do Norte e Cabrobó, em Pernambuco.

Os estudos do IPCC e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicam que no Brasil a região Semi-árida será a mais afetada pelas mudanças climáticas em nível Global. Prevê-se um aumento na temperatura média anual da região entre 4º e 6°C (INPE).

Pode-se presumir que, se esses cenários se confirmarem, as atuais áreas susceptíveis à desertificação serão enormemente ampliadas, comprometendo a produção e a produtividade agrícola, gerando mais pobreza e mais migração.

Desta forma, para avançar na realização das ações previstas no PAN-Brasil estabeleceu-se uma rede de apoio à implementação do Programa, com o envolvimento de vários Ministérios e da sociedade civil, buscando integrar programas e políticas governamentais, a exemplo:

Ministério da Integração Nacional

- Incluiu-se a questão do combate à desertificação no Plano de Desenvolvimento Regional.
- Foi elaborado e está se iniciando a implementação do Programa de Combate à Desertificação – Proágua Semi-Árido – Antidesertificação.
- Foram desenvolvidas ações de combate à desertificação no âmbito do Programa de Revitalização das Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba, em parceira com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF).
- Com o DNOCS, estamos desenvolvendo o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) dos Núcleos de Desertificação. No ano de 2007, foi elaborado o ZEE do Núcleo de Gilbués-PI e, em 2008, foi iniciando o ZEE do Núcleo do Seridó-RN.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- Implementação de projetos voltados à formação de agricultores nos Núcleos de Desertificação.
- Com a EMBRAPA Semi-Árido estão sendo realizado treinamento de agricultores para disseminação das técnicas e tecnologias desenvolvidas para o desenvolvimento da agricultura no semi-árido; organizando anualmente O Simpósio Nacional de Mudanças Climáticas e Desertificação; e desenvolvendo um projeto de combate à desertificação no Núcleo Desertificado de Cabrobó, Pernambuco.

Ministério da Educação

- Curso de pós-graduação *lato sensu* por tutoria à distância em "Desenvolvimento Sustentável para o Semi-árido Brasileiro", com ênfase no combate à desertificação, em parceira com a UFCG e a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS).

Ministério da Ciência e Tecnologia

- Em parceria com a Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP) está sendo elaborado um Termo de Referência para publicação de um Edital sobre Mudanças Climáticas e Combate à Desertificação.
- Voltado a prever antecipadamente eventos críticos de seca e desertificação, de modo a possibilitar que as políticas públicas possam atuar preventivamente, está sendo elaborado em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) um sistema de alerta precoce de secas e desertificação. A implantação do projeto piloto do Sistema de Alerta Precoce, será uma ferramenta importante para identificar e diagnosticar as áreas mais afetadas pela degradação ambiental e mais susceptíveis a desertificação. Será um instrumento importante para o planejamento Federal, de Estados, de municípios e do setor privado.
- Com o Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA) estabeleceu-se uma parceria para a definição de uma linha de pesquisa específica para o combate à desertificação e para criação de um curso de Mestrado voltado especificamente para o desenvolvimento sustentável do semi-árido.

Ministério de Minas e Energia

- Está previsto no PPA 2008/2011 uma ação em parceria com o Ministério da Minas e Energia para implantação de projetos demonstrativos de geração de energia elétrica nas ASD.

Governos Estaduais

- Foram firmados Projetos de Cooperação Técnica com organismos internacionais – Agência de Cooperação Alemã (GTZ) e Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) – para o apoio à implementação do PAN-Brasil.
- Estamos apoiando técnico e financeiramente à elaboração dos Planos Estaduais de Combate à Desertificação dos 11 Estados afetados e promovendo o treinamento de Agentes em Combate à Desertificação.

Organizações da Sociedade Civil

- Foram apoiados projetos de iniciativas locais nas ASD por meio de um Fundo de Apoio a Iniciativas Locais em parceria com a Cooperação Alemã (GTZ e DED), a Articulação no Semi-Árido (ASA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).
- Apoio as reuniões do Grupo de Trabalho de Combate à Desertificação da ASA.

Além disso, foi realizado em maio de 2008, o I Seminário Nacional de Combate à Desertificação (SNCD), que marcou o início de uma nova etapa na implementação do PAN-Brasil. O I SNCD, de caráter consultivo, teve por objetivo ampliar a participação e a mobilização social para a análise e revisão de programas, projetos e políticas públicas locais de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca. A realização do Seminário enquadra-se no Marco Legal da UNCCD que apresenta, como um de seus principais pressupostos, a necessidade de implementar processos efetivos de participação e envolvimento social para o combate à desertificação.

Está sendo elaborando com a Coordenação de Pesquisas e Pós-graduação em Engenharia (CPPE/UFRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) a proposta de uma rede de pesquisadores para a produção de bicombustíveis no Semi-Árido (em áreas desertificadas) a partir de biomassa de microalgas marinhas. Este projeto visa aproveitar o elevado potencial biotecnológico de microalgas marinhas, aplicando tecnologias de vanguarda para promover desenvolvimento social e econômico do Semi-Árido em harmonia com suas aptidões naturais.

Cresceu o interesse pelo tema no âmbito das universidades do Nordeste. Muitas são as teses de mestrado e doutorado, nas diversas áreas do conhecimento, que vêm abordando a questão da desertificação, suas causas, impactos e soluções para deter o avanço do fenômeno no Brasil. A "desertificação" está incluída no planejamento do INSA como uma das ações prioritárias do Instituto, que é braço operacional do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) na Região. A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PB) organizou um curso de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido, com foco no combate à desertificação. A Universidade Federal de João Pessoa (UFPB) organiza a cada 2 anos o Seminário Luso-Brasileiro sobre Agricultura Familiar em Áreas de Risco a Desertificação (SEMILUSO), voltado a discutir as pesquisas e as possibilidades de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Foi instituída a segunda fase do Projeto de Apoio as Experiências Comunitárias, que apontará as várias experiências de combate à desertificação, desenvolvidas por comunidades impactadas que podem ser alvo de divulgação e disseminação. A lógica é dar escala às experiências que comprovarem resultados na proposição de combater à desertificação.

Não se pode deixar de considerar que o tema "desertificação" teve avanços no Brasil, principalmente a partir de 2003. Entretanto, estes avanços têm sido insuficientes para permitir que o PAN-Brasil responda às demandas e anseios técnicos, políticos e sociais resultantes de seu processo de elaboração.

Também há que se destacar que, apesar do grande avanço que significou a inclusão do Programa de Combate à Desertificação no PPA, não se tem conseguido alocar recursos suficientes para a plena implementação do PAN-Brasil. O maior volume de recursos para apoio às atividades de implementação do Programa é oriundo de emendas do Grupo de Trabalho Parlamentar, da Câmara Federal. Ressalta-se que tais recursos, nunca foram liberados integralmente. Outro fator importante foram as parcerias realizadas para efetivar ações de combate à desertificação nas ASD.

Abaixo apresentaremos, além das informações já citadas, as atividades desenvolvidas em 2008 de forma sintética:

III Conferência Estadual de Meio Ambiente – CEMA/MA/RN/SE

No período de fevereiro a março de 2008 a SEDR, por meio da Coordenação de Combate à Desertificação, participou em São Luís/MA, Natal/RN e Aracaju/SE da "III Conferência Estadual de Meio Ambiente"- CEMA.
A CEMA teve como um dos temas de discussão a questão da desertificação no Estados e quais as estratégias para elaboração e implementação do "Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca/ PAE".

Foram selecionados delegados nacionais para a III Conferência Nacional de Meio Ambiente- III CNMA e, no âmbito do GT da Desertificação, os representantes dos estados para participarem do I Seminário Nacional de Combate à Desertificação - I SNCD. A Coordenação de Combate à Desertificação/SEDR participou das CEMAs em estreita cooperação com a Comissão Organizadora da III Conferência Nacional de Meio Ambiente – CNMA.

I Simpósio sobre Mudanças Climáticas e Desertificação no Semi-Árido

No período de 15 a 17 de abril de 2008, realizou-se em Petrolina/PE, o I Simpósio sobre Mudanças Climáticas e Desertificação no Semi-Árido. O evento, realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Semi-Árido foi apoiado pela SEDR/MMA, por meio da Coordenação de Combate à Desertificação. O evento teve como objetivo nivelar o conhecimento entre os participantes e estimular a discussão a respeito de estratégias de ações futuras, as quais poderão integrar a base de estudos para o Semi-Árido brasileiro a ser inserida em grandes programas internacionais como o OASIS.

Participaram do evento entidades e especialistas que compartilharam e consolidaram informações relativas aos temas mudanças climáticas globais e desertificação no semi-árido brasileiro.

2º Seminário Estadual de Combate à Desertificação

O 2º Seminário Estadual de Combate à Desertificação foi realizado no dia 17 de junho e contou com a participação de representantes da Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural e Sustentável-SEDR/MMA, do Governo do Rio Grande do Norte , da Superintendente do IBAMA no Rio Grande do Norte, além de representantes de instituições estaduais que atuam com o tema.

Foi lançado os Estudos sobre o Zoneamento Ecológico Econômico e da Rede RN DESERT. O evento abordou as seguintes temáticas: "Programas, Projetos e Ações Governamentais que refletem no Combate à Desertificação" (SEMARH/RN); "Programas, Projetos e Ações Não Governamentais que refletem no Combate à Desertificação" (Grupo de Trabalho de Combate à Desertificação da ASA) e Proposta da Agenda de Compromissos de Combate à Desertificação" (Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa). Também foram apresentados informes sobre: o Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, o Programa de Desenvolvimento Solidário, o Programa de Convivência com o Semi-árido Potiguar e o Seminário de Troca de Experiências. No evento foi entregue a Agenda de Compromissos do estado do Rio Grande do Norte.

Seminário "Iniciativa Latino-americana em Ciência e Tecnologia para a Aplicação da UNCCD-ILACT"

No período de 07 a 09 de julho de 2008, a Coordenação de Combate à Desertificação/SEDR/MMA, coordenou a realização do Seminário "Iniciativa Latino-americana em Ciência e Tecnologia para a Aplicação da UNCCD" em Salvador/BA. Participaram do evento os Pontos Focais Nacionais da UNCCD e pesquisadores e gestores de ciência e tecnologia selecionados dos países da região da América Latina.

O evento teve como objetivo geral melhorar a efetividade na formulação e implementação de estratégias e políticas de combate à desertificação e à seca na região por meio dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

II Encontro Presencial do Curso de Especialização Lato Sensu por Tutoria à Distância "Desenvolvimento Sustentável para o Semi-árido Brasileiro – DSSB"

No período de 18 a 23 de agosto de 2008, realizou-se, em Campina Grande/PB, o 2º Encontro Presencial do Curso de Especialização lato sensu por tutoria a distância em "Desenvolvimento Sustentável para o Semi-árido Brasileiro – DSSB", com ênfase no combate à desertificação.

Durante este período foram aplicadas as provas e realizados seminários para apresentação das monografias.

“Sistema Brasileiro de Alerta Precoce de Seca e Desertificação-SAP”

Nos dias 10 e 11 de setembro de 2008, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, realizou em Natal/RN uma oficina de trabalho para discutir a proposta final do “Sistema Brasileiro de Alerta Precoce de Seca e Desertificação-SAP”. Este sistema visa a atender as exigências da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos de Seca (UNCCD), assim como as prioridades estabelecidas pelo Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil).

A proposta do SAP abrange várias dimensões tais como, clima, agricultura, solos, desenvolvimento institucional. A oficina reuniu atores relevantes envolvidos com o tema objetivando a integração de diversas instituições relacionadas com a desertificação e com atuação na região semi-árida brasileira.

II Seminário sobre Mudanças Climáticas: Implicações para o Nordeste e a I Conferência Regional sobre Mudanças Climáticas e o Nordeste.

No período de 24 a 26 de novembro de 2008 foram realizados em Fortaleza, nas instalações do Centro de Treinamento do BNB, o II Seminário sobre Mudanças Climáticas: Implicações para o Nordeste, a I Conferência Regional sobre Mudanças Climáticas e o Nordeste.

O II Seminário reuniu um grupo seleto de Cientistas, Técnicos do Governo, Especialistas em Questões de Clima e Desenvolvimento Regional, além de Representantes de entidades da Sociedade Civil e do Setor Privado, com o objetivo de atualizar e aprofundar o debate sobre possíveis efeitos adversos das mudanças climáticas no Nordeste, em particular no semi-árido.

O Seminário teve os seguintes objetivos específicos: (a) dar um balanço sobre o que diz a ciência sobre mudanças climáticas no Nordeste, (b) discutir vulnerabilidades e possíveis impactos, e (c) produzir recomendações de políticas públicas para enfrentamento do problema.

No final do evento foi lançado a “Carta de Fortaleza” com as recomendações dos participantes do evento.

I Reunião da Comissão Nacional de Combate à Desertificação – CNCD

No dia 26 foi oficialmente instalada a Comissão Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas-CNCD quando foi dada posse aos representantes de ministérios e instituições públicas ligados ao tema, e também aos representantes dos governos estaduais, pelo Sr Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc e no dia 27 foi realizada a sua primeira reunião.

Na reunião foram apresentadas e discutidas para aprovação, a minuta do Regimento Interno da CNCD e a minuta de Resolução que definirá procedimentos para indicação de representantes das organizações civis e do setor privado na CNCD.

III Conferência Estadual de Meio Ambiente – CEMA/MG/ES

No período de fevereiro a abril de 2008 a SEDR, por meio da Coordenação de Combate à Desertificação, participou em Minas Gerais e Espirito Santo da “III Conferência Estadual de Meio Ambiente”- CEMA.

A CEMA teve como um dos temas de discussão a questão da desertificação no Estados e quais as estratégias para elaboração e implementação do “Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca/ PAE”.

Foram selecionados delegados nacionais para a III Conferência Nacional de Meio Ambiente-III CNMA e, no âmbito do GT da Desertificação, os representantes dos estados para participarem do I Seminário Nacional de Combate à Desertificação - I SNCD.

"I Seminário Nacional de Combate à Desertificação – I SNCD"

Nos dias 05 e 06 de maio de 2008 realizou, em Brasília-DF, a "I Seminário Nacional de Combate à Desertificação – I SNCD" , conforme previsto na estrutura de gestão do PAN-Brasil. O Seminário foi realizado concomitantemente com a III Conferência Nacional de Meio Ambiente

Os objetivos de participação e envolvimento social para discussão de políticas públicas para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca e o repasse de informações acerca do tema junto aos diversos atores sociais que atuam nas ASD foram alcançados. Além disso, o evento analisou as ações em curso e propôs alternativas para a maior efetividade do PAN-Brasil.

Algumas medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

- Dar continuidade a celebração dos Acordos de Cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio de sua Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural e Sustentável e os Governos dos Estados objetivando a cooperação institucional e técnica para a implementação do PAN-Brasil e para a elaboração do Programas Estaduais.

- Apoiar na elaboração dos Termos de Referência para contratação dos consultores para elaboração dos Programas Estaduais;

- Dar continuidade e ampliar os recursos destinados ao Projeto de Cooperação Técnica Internacional executado no âmbito da cooperação Brasil (Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural e Sustentável) e Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura-IICA, com o objetivo de apoiar ações de implementação do PAN-Brasil;

- Fazer gestão para a liberação da Emenda Parlamentar aprovada pelo Congresso Nacional, como forma complementar aos recursos necessários para a plena execução do Programa.

-Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	704.000	704.000	100
Física	02	11	100

>AÇÃO 200H - Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares Sustentáveis em Áreas Suscetíveis à Desertificação

Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Aprimorar métodos e práticas de convivência com o semi-árido, tendo como foco os agricultores familiares, com o intuito de combater processos de desertificação em micro-bacias degradadas e o avanço desse fenômeno sobre áreas de vegetação remanescentes
Descrição	Estabelecimento de diretrizes do projeto a partir daquelas lançadas no PAN e PNPS; elaborar proposta prévia para discussão com as organizações locais e poder público; consolidar proposta e definir as regiões para implementação da mesma; estabelecer processo de mobilização social com os atores sociais locais e poder público para implementação da proposta; realizar processo de formação envolvendo extencionistas e agricultores visando aprimorar e difundir técnicas de convivência com o semi-árido; realizar seminários para avaliação das técnicas implementadas; elaborar materiais para divulgação das metodologias e técnicas validadas (video, cartilhas, manuais, entre outros); realizar cursos para formação de multiplicadores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação (1)	Marcos Dal Fabro
Unidades executoras (1)	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Combate à Desertificação
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

“ Projeto de Apoio a Iniciativas Locais: Aprendizagens para o Combate à Desertificação junto a Comunidades Rurais”

Nos dias 18 e 19 de junho/2008 foi realizado o Seminário de Troca de Experiências, onde foram apresentados os resultados da 1ª edição do Projeto e a publicação “ Fundo de Apoio a Iniciativas Locais: Aprendizagens para o Combate à Desertificação junto a Comunidades Rurais”, produzida a partir dos resultados da 1ª edição do Projeto lançado em 2007.

O Seminário reuniu 11 dos 13 projetos contemplados. Cada instituição levou dois representantes que tiveram a oportunidade de intercambiar experiências e debater sobre a metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto.

Todos os resultados serviram como subsídios para a elaboração de uma publicação com o mesmo título.Estes resultados foram utilizados como balizadores para a análise dos projetos selecionados na 2ª edição do Projeto.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	100.000	100.000	100
Física	20	20	100

>AÇÃO 4971 - CAPACITAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES LOCAIS PARA COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Desenvolver processos de formação de atores sociais locais visando replicar em relação ao fenômeno da desertificação, suas causas e conseqüências, bem como sobre alternativas tecnológicas para inibir o mesmo.
Descrição	Condução de processos participativos de formação de agentes locais; Formação de multiplicadores; constituição de comissões locais de combate à desertificação e gestão sustentável da água para o acompanhamento, monitoramento, avaliação das intervenções de formação realizadas; confecção de materiais (cartilhas e manuais) visando implementar processos de formação em combate à desertificação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Marcos Dal Fabro
Unidades executoras	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Combate à Desertificação
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

Em relação ao estabelecimento de mecanismos para o fortalecimento da capacidade técnico-operacional das instituições e entidades que atuam nas ASD foram realizados as seguintes atividades:

II Seminário Luso Brasileiro sobre Agricultura Familiar e Desertificação – II SEMILUSO

Foi realizado em João Pessoa/PB, o II SEMILUSO cujo tema central foi: "Agricultura Familiar, Emprego e Renda em Regiões com Risco de Desertificação". O evento teve como objetivo possibilitar o intercâmbio e o aprofundamento dos conhecimentos sobre agricultora familiar nos países da "Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP" por meio da divulgação e do debate das experiências apresentadas por especialistas e pesquisadores da temática, bem como por representantes de organismos governamentais e não governamentais, de movimentos sociais e de agricultores.

O Seminário contou com a presença de atores chave para o combate à desertificação no País, totalizando um número de 450 participantes, incluindo técnicos e pesquisadores ligados às instituições de ensino superior e de pesquisa dos países da CPLP, sociedade civil, além de técnicos e representantes de ministérios, instituições públicas federais e estaduais com atuação direta na área foco do PAN-Brasil e estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação.

Com a realização do II SEMILUSO foram alcançados os seguintes resultados:

(i) Participação de representantes de países da CPLP Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe além de outros países tais como: Turquia e França
(ii) Curso sobre Técnicas agrícolas para contenção de solo e água;

(iii) 450 participantes (estudantes de graduação e de pós-graduação, professores, pesquisadores, representantes de órgãos governamentais, de ONGs, de movimentos sociais, além de agricultores familiares das áreas com risco de desertificação);

(iv) publicado em cd-rom os trabalhos apresentados em forma de comunicações orais;

(v) Publicação do livro de resumos das comunicações orais;

(vii) Transmissão ao vivo do evento por rádio francesa;

(viii) Apresentação e discussão dos resultados preliminares da pesquisa "Agricultura Familiar,
Emprego e Renda em Áreas com Risco de Desertificação no Brasil, em Portugal e Cabo Verde";

(ix) Apresentação das diferentes realidades do meio ambiente e da agricultura familiar em regiões com risco de desertificação nos países da CPLP;

(x) Adensamento das relações acadêmicas interinstitucionais através de intercâmbio entre as equipes internacional e nacional integrantes do projeto;
(xi) Construção de uma página interativa na internet não apenas para a divulgação do Seminário e recebimento dos trabalhos, como para ampliar o espaço de intercâmbio através da criação de um fórum de discussão sobre questões relativas a processos como o de desertificação e o de arenização, bem como quanto ao desenvolvimento rural nos países envolvidos no projeto, com foco especial para a agricultura familiar;

(xii) Intensificação da interlocução da Geografia com ciências afins tais como Economia, Ambiente e Desenvolvimento, Sociologia, Antropologia, Agronomia, Educação etc. de modo a contribuir para a construção de um saber que possa ser colocado a serviço da vida das populações das regiões estudadas;

(xiii) Integração dos pesquisadores, especialistas e quadros técnicos dos países envolvidos, de modo a possibilitar a formação de uma equipe multidisciplinar voltada para o desenvolvimento de estudos e a troca de informação sobre a questão da desertificação e o modo de produção agrícola familiar característico das regiões em risco de desertificação nos países da CPLP bem como o intercâmbio científico-cultural entre os mesmos;
(xiv) Realização de excursões de estudo de campo de modo a possibilitar o conhecimento da realidade dos processos de desertificação e de desenvolvimento da agricultura familiar no semi-árido brasileiro aos representantes dos países da CPLP convidados e demais participantes do evento;

(xv) Organização de livro com os principais trabalhos apresentados nas mesas redondas com o tema "Agricultura familiar e desertificação nos países da CPLP", dando continuidade ao projeto de publicação que se iniciou no I SEMILUSO.

O êxito do Seminário estimulou seus organizadores a pensar na possibilidade de ampliá-lo no sentido de incorporar ao mesmo os demais países da CPLP de modo a garantir:

a) que o evento se transforme num fórum bianual de debate sobre o tema nas suas mais diversas vertentes, estimulando o desdobramento dos estudos e pesquisas que venham a contribuir para as ações de combate à desertificação e de fortalecimento da agricultura familiar em áreas submetidas a esse processo ou em risco de desertificação nos países da CPLP;

b) uma maior integração entre pesquisadores e especialistas dos países da CPLP voltados para as questões objeto de análise;

c) a participação de membros dos demais países da CPLP em projetos de pesquisa conjuntos;

d) a constituição de um Grupo de Pesquisa junto ao CNPq;

e) a ampliação dos membros do grupo de estudo com a participação de pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais.

Seminário "Iniciativa Latino-americana em Ciência e Tecnologia para a Aplicação da UNCCD-ILACT"

O Brasil, por meio da SEDR/MMA, coordenou o Seminário "Iniciativa Latino-americana em Ciência e Tecnologia para a Aplicação da UNCCD - ILACT", realizado em Salvador/BA. Participaram do seminário os Pontos Focais Nacionais da UNCCD, pesquisadores e gestores de ciência e tecnologia selecionados dos países da região da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai).

O ILACT deve como objetivo geral melhorar a efetividade na formulação e implementação de estratégias e políticas de combate à desertificação e à seca na região por meio dos conhecimentos científicos e tecnológicos; e como objetivos específicos: (i) identificar as necessidades de serviços

de Ciência e Tecnologia para os tomadores de decisão e, em particular, para a implementação dos Programas de Ação Nacionais – PAN´s; (ii) identificar estratégia com vistas a fortalecer a capacidade da ALC na aplicação das decisões do CCT; (iii) identificar potenciais fontes de serviços de ciência e tecnologia na região (instituições governamentais e não-governamentais, pesquisadores etc); (iv) fortalecer a implementação das iniciativas regionais, otimizar sua gestão, identificar as metas quantificáveis com vistas a obter resultados mais eficazes e mensuráveis, tanto na formulação como na execução e no monitoramento do impacto que geram.

Os representantes que participaram da reunião aprovaram em plenária a adoção dos seguintes acordos:

(i) Adotar a ILACT como plataforma para a aplicação das decisões de Ciência e Tecnologia (C&T) da UNCCD na região da América Latina e Caribe;

(ii)Vincular o tema C&T nas temáticas de Luta contra a Desertificação, Degradação de Terras e Seca, com as de Adaptação a Mudanças Climáticas a fim de que sejam consideradas dentro das modalidades e critérios de acesso ao Fundo de Adaptação a Mudanças Climáticas que se encontra sob análise da Junta Diretiva do referido Fundo;

(iii)A mesa de trabalho juntamente com os coordenadores dos grupos, integraram em um documento único, todas as propostas acordadas em plenária, o qual será circulado a todos os países da ALC para consulta antes de que seja considerado adiante como o documento norteador da Iniciativa;

(iv) Receber o apoio oferecido pelo IICA para levar adiante a iniciativa ILACT, deixando aberto o espaço para outras agências ou instituições de cooperantes que possam estar interessadas no fortalecimento da mesma;

(v) Comunicar os resultados da ILACT aos presidentes do CRIC, do CCT, do Bureau da COP, ao Secretário Executivo da UNCCD e ao Mecanismo Mundial, assim como às Presidências Pro Tempore dos Grupos Subregionias (Mercosul, da Comunidade do Caribe – CARICOM, Comissão Centro-Americana de Meio Ambiente e Desenvolvimento – CCAD, Comunidade Sul Americana de Nações – CAN, entre outros), para conhecimento e efeitos;

(vi) Formar um grupo de contato coordenado pelo Uruguai e integrado por representantes da Bolívia, Argentina, Brasil, República Dominicana e outras Partes interessadas, que explorarão as possibilidades de financiamento para a ILACT;

(vii) Comunicar a todos os Pontos Focais Nacionais os resultados da ILACT e convidar os Países do Caribe de língua inglesa, por meio de seus Pontos Focais, a aderirem a esta Iniciativa; (viii) Aceitar o oferecimento do Instituto Argentino de Investigación en Zonas Áridas – IADIZA, na cidade de Mendoza/Argentina, para hospedar a 2ª Reunião da ILACT, a realizar-se em 2009. Para este fim, os integrantes da mesa diretiva junto com o país anfitrião trabalharão em sua organização, convidando a Secretaria da UNCCD e outras instituições a se incorporarem a este Grupo.

As recomendações aprovadas foram encaminhadas ao Secretariado da UNCCD, para o Committee on Science and Technology – CST da UNCCD e apresentadas no Comitê para Revisão da Implementação da Convenção – CRIC de Istambul/Turquia em novembro de 2008.

Para efetivação dos treinamentos a SEDR buscou o apoio dos governos estaduais no que se refere ao espaço de realização dos eventos, deslocamento de participantes da região, material de divulgação local, material de consumo, entre outros. Buscou-se também, o apoio de instituições públicas federais no âmbito dos programas desenvolvidos por estas nas ASD e o apoio técnico-financeiro dos organismos de cooperação internacionais.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	160.000	160.000	100
Física	300	300	100

>AÇÃO 2272 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Dados gerais da ação

Tipo	Administrativa
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Marcos Dal Fabro
Unidades executoras	440040 e 440001
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Combate à Desertificação
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme Decreto Nº 6.101 de 26 de abril de 2007

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	136.000,00	100.449,00	86,15
Física	xxx	xxx	xxx

2.4. Desempenho Operacional

Indicador: Áreas atendidas por intervenções que visem o combate à desertificação
Periodicidade: Anual
Unidade de Medida: km²
Índice de Referência: 9.750,00

Data do Índice de Referência: 01/03/2005

Índice apurado em (2008): 17.006,00

Índice apurado em (2007): 12.400,00
Índice apurado em (2006): 3.475,00
Índice apurado em (2005): 86.106,00

A Coordenação de Combate à Desertificação-CCD implantou desde 2006 novo procedimento de aferição dos indicadores do Programa. Utiliza-se como unidade de medida km² e calcula-se as àreas atendidas por intervenções que visem o combate à desertificação. Essa inovação passou a permitir a comparação dos níveis de intervenção em cada estado.

Fruto de acompanhamento permanente, esses indicadores têm apresentado evolução positiva nos últimos anos. Em 2008, o índice apurado foi de 17.006 km² , contra 12.400 km² do ano anterior.

A metodologia adotada para o cálculo do indicador em 2008 correspondeu à soma das áreas dos municípios nos quais foram realizados projetos de combate a desertificação. Tais projetos visam apoiar iniciativas locais de combate à desesertificação por meio da difusão de experiências endógenas nas comunidades rurais das ASD.

Importante salientar que este indicador ainda esta sendo aperfeiçoado pela CCD com o objetivo de tornar mais precisos os critérios de sua medição.

Além de aferir o indicador acima citado, a CCD buscou introduzir novos instrumentos de acompanhamento do desempenho do Programa. O Programa, os projetos de cooperação técnicas vinculados ao Programa e outras atividades da Coordenação são monitorados e avaliados por uma equipe de técnicos que a cada três meses elaboram um relatório com os resultados alcançados e as recomendações para ajustes necessários.

2.3.4.2- Evolução de gastos gerais:

DESPESAS NO ÂMBITO DO PROJETO PCT BRA/IICA/05/004

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	147.486,71	31.688,42	240.543,48
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	57.778,24	35.835,83	151.942,81
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade			
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação			
3.3. Tecnologia da informação			
3.4. Outras Terceirizações			
3.5. Suprimento de fundos			
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO			
TOTAIS	**205.264,95**	**67.524,25**	**392.486,29**

Os dados expressos na planilha "Evolução de gasto gerais" indicam que em 2007 houve uma queda nas despesas de viagens pagas com recursos **do PCT BRA/IICA/05/004**. Isto se explica pelo fato de que foram efetuadas alterações regimentais na estrutura administrativa do Ministério do Meio Ambiente e estas tiveram rebatimento direto na Coordenação de Combate à Desertificação, responsável pela operacionalização do PCT e, conseqüentemente, no cronograma de execução do Projeto. Os fatores externos que geraram essa diferenciação foram: a reestruturação institucional do MMA, o processo de transferência da Coordenação de

Combate à Desertificação no âmbito do MMA, o atraso na redefinição da diretoria do PCT e o contingenciamento de recursos.

Com a reformulação da estrutura administrativa do MMA, a Coordenação de Combate à Desertificação deixou de pertencer a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), ficando posicionada na estrutura do organograma do ministério dentro da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR).

Após a reformulação, conforme publicado em 12 de julho de 2007 no Diário Oficial da União, Seção 2, Portaria nº 407, art.1º, a Instituição Nacional Executora do PCT passou a ser a SEDR/MMA e o Diretor Nacional o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA

No entanto, considerando que problemas institucionais não podem se transformar em empecilhos para a condução de um projeto e, atendendo à recomendação do PAN-Brasil de que as ações de controle e de combate à desertificação devem ser integradas e articuladas com os mais diversos atores que atuam com a temática, a SEDR/MMA buscou alternativas para o cumprimento do cronograma.

Nesse contexto, atenta aos aspectos qualitativos que envolvem o desenvolvimento do PCT, a Instituição Nacional Executora buscou formalizar e ampliar parcerias de modo a contar com o aporte dos organismos de cooperação internacional, dos Estados, de outros órgãos federais e o apoio da sociedade civil para a efetivação dos produtos previstos no projeto.

A planilha, "Evolução de gastos gerais" demonstra também que em 2008 houve um gasto maior para compensar as ações que tiveram baixa execução em 2007.

2.3.5 - GESTÃO DO *PROGRAMA 1145 – COMUNIDADES TRADICIONAIS*

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional
Objetivos Específicos	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social
Gerente do programa	Egon Krakhecke
Gerente executivo	Claudia Maria Calorio
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção
Público-alvo (beneficiários)	Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais

2.3.5 .1 PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 1145.

>AÇÃO 200I - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar iniciativas de fortalecimento econômico-social, institucional e de participação em espaços de representação dos povos e comunidades tradicionais e proporcionar a identificação, o acesso às informações, apoio técnico-institucional e insumos básicos para viabilizar a produção com baixo impacto ambiental.
Descrição	Os direitos do cidadão são conquistas sociais e jurídicas, criados quando se estabelecem condições para um grupo construir e exigir respostas políticas que dizem respeito ao bem-estar de todos. No caso do fortalecimento das instituições das comunidades tradicionais o que se pretende é dar condições para que estas possam responder às necessidades das populações, garantindo os direitos básicos de acesso à terra, ao trabalho e demais indicadores da cidadania com sustentabilidade sócio-ambiental. As etapas do processo de desenvolvimento da Ação são as seguintes: 1- Identificação e diagnóstico de populações tradicionais; 2- Promoção de processos participativos com extrativistas para criação de organizações; 3- Promoção e apoio a organização das comunidades tradicionais para a produção e para a auto-gestão de seus empreendimentos produtivos; 4- Prover e/ou articular apoio técnico e financeiro para a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização dos produtos tradicionais; 5- Promoção de estudos e disponibilização de informações às comunidades tradicionais, sobre alternativas sustentáveis de geração de renda com os produtos tradicionais; 6- Apoiar a realização de análises de mercado para os produtos tradicionais; 7- Interagindo com órgãos públicos e instituições não governamentais, com atividades de inclusão social; com o BNDES, para a implantação dos Planos de Manejo nas Reservas Extrativistas; e no âmbito do MMA, com outras secretarias e com o CNPT/IBAMA
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Claudia Maria Calorio
Unidades executoras	44101
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Extrativismo/ SEDR/ MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, art. 28

RESULTADOS DA AÇÃO:

Um importante resultado desta ação foi o apoio a 125 projetos de organizações das comunidades tradicionais, o que beneficiou em torno de 10.600 famílias, tornando possível uma melhor estruturação da capacidade produtiva, de beneficiamento e de assessoramento dos extrativistas, para fazerem frente ao conjunto de políticas públicas que estão sendo desenvolvidas para a valorização dos produtos da sociobiodiversidade, assim como sua capacidade de organização social e econômica.

Foram contratados consultores para supervisionar e orientar o fluxo de serviços da Coordenadoria de Agroextrativismo, elaborando uma Manual de Análise de Projetos da Carteira de Projetos da Coordenadoria de Agroextrativismo. E para solucionar problemas provocados pelo número e acúmulo do passivo. Esse acúmulo vem, ininterruptamente, aumentando pelos últimos 04 (quatro)anos na busca do atendimento e regularização dos prazos de análise de prestação de contas dos processos com documentação financeira que estão aguardando análise e emissão de pareceres conclusivos, de modo a atender, de forma adequada, exigências do Secretaria Federal de Controle e um compromisso firmado com os proponentes/convenentes e a sociedade civil de uma forma geral. Também foram contratados mais dois consultores para analisar e emitir pareceres técnicos conclusivos de projetos tipos C e B.

Em 2008 o Departamento de Extrativismo desenvolveu o Sistema de Gestão do Agroextrativismo - SIGAEx, para acompanhar e tornar dinâmico o andamento dos projetos, facilitar as informações e tornar o processo eficiente. O sistema é interativo e já esta disponível o módulo em que os beneficiários cadastrem seus projetos. No entanto o sistema dependa ainda da criação de dois módulos outros módulos para que o sistema seja totalmente implementado.

Outro importante trabalho foi o realizado em conjunto entre CONAB e MMA ao longo de 2008, que teve os seguintes resultados: definição de custos de produção para estabelecimento do Preço Mínimo de produtos da sociobiodiversidade, inclusão de quatro novos produtos da sociobiodiversidade na PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos (açaí, pequi, babaçú e piaçava), e redefinição do preço mínimo da borracha natural, carnaúba e castanha do Brasil, de modo a se adequar à realidade dos extrativistas. Os impactos esperados com a ampliação dos produtos da sociobiodiversidade na a PGPM são: minimizar as oscilações de preços nos períodos de safra e entressafra; diminuir a dependência que os extrativista têm de intermediários; garantir ao produtor a sustentação de preço na época da comercialização; reforçar o papel do Estado como agente de apoio e de desenvolvimento econômico, social e ambiental; fortalecer o uso dos recursos florestais como alternativa ao desmatamento e conseqüentemente, reduzir os efeitos do aquecimento global.

Esta ação também tem papel fundamental para a realização das atividades da Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT (Decreto de 13 de julho de 2006). Em 2008 foram realizados 3 reuniões ordinárias e também ocorreram:

- 10 reuniões do subgrupo responsável pela construção da proposta de Pesquisa Nacional;
- 2 reuniões do subgrupo responsável pela discussão do processo de recomposição da CNPCT;
- Participações dos membros da Comissão em eventos relacionados aos Povos e Comunidades Tradicionais -PCTs (seminários, palestras, reuniões);
- 3 reuniões com IBGE e 1 com a Petrobras para discussão da Pesquisa Nacional;
- 2 reuniões das Câmaras Técnicas da CNPCT que tem a responsabilidade de construção do Plano Nacional e do monitoramento de políticas voltadas aos PCTs.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	7.647.534,00	4.062.500,00	3.585.034,00	3.585.034,00	100
Física	200	-	-	125	62,5

Foi executada 100% da meta financeira disponibilizada. Já a meta física foi criada em função de uma previsão financeira bem maior do que a disponibilizada, por isso sua execução foi de apenas 62,5%. Ou seja, a meta física não foi ajustada ao financeiro disponibilizado.

>AÇÃO 6040 - ASSISTÊNCIA À PRODUÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento das cadeias produtivas de recursos da biodiversidade, relevantes para as comunidades e povos tradicionais, por meio de agregação de valor, visando seu uso sustentável e a justa repartição de benefícios advindos de sua utilização econômica. Alem de capacitar membros dos povos e comunidades tradicionais e extensionistas que atuam nas regiões extrativistas, de modo que as atividades produtivas sejam realizadas em consonância com a conservação ambiental e que tenham condições de acessar recursos públicos .
Descrição	Diagnóstico, caracterização, promoção do desenvolvimento e consolidação das cadeias produtivas da biodiversidade de interesse social, econômico, ambiental e cultural; identificação da viabilidade técnico-econômica do aproveitamento, manejo, transformação, armazenamento e comercialização de bioprodutos; desenvolvimento de sistema de banco de dados para a organização do conhecimento e das informações associados à cadeia de bioprodutos; assessoramento aos povos e comunidades tradicionais, inclusive aquelas situadas em pólos petroquímicos, em relação aos direitos sobre acesso ao conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos, assim como às demais etapas das cadeias produtivas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação (1)	Cláudia Maria Calório
Unidades executoras (1)	44101
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Extrativismo/ SEDR/ MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, art. 28

RESULTADOS DA AÇÃO:

O Departamento de Extrativismo e a Coordenadoria de Agroextrativismo, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA realizou atividades de estruturação ao desenvolvimento de cadeias de produtos da sociobiodiversidade com foco na agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis.

Um dos, principais, resultados foi a estruturação das cadeias produtivas da sociobidiversidade de 10 produtos: açaí, castanha do brasil, babaçu, piaçava, carnaúba, seringa, pequi, andiroba, copaíba e buriti, da sociobiodiversidade, envolvendo 10 estados, sendo 5 na amazônia (AC, AM, PA, TO, MA), 4 no nordeste (BA,CE, RN, PI, e 1 no sudeste (MG) que abrangem um total de 154 municípios, onde estão inseridos 197 organiações produtivas de PCTs, e identifica a presença de 53 empresas priviadas, ligadas ao ramo, num total de 40.000 pessoas. Participam nos Comitês Gestor das cadeias, 23 secretarias de estado.

Além dessas ações, foi feito um grande investimento da construção do Plano Nacional da Sociobiodiversidade, que contou com a participação de mais de 700 pessoas em todos os biomas brasileiros, além de uma consulta específica ao setor privado. Esse processo foi coordenado pelo MMA, MDS, MDA e CONAB/MAPA.

A meta física executada foi muito acima da previsão porque houve ao longo de 2008 um uma forte parceria : MDA, MDS, CONAB/MAPA, GTZ e Governos de Estado.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	486.000,00	296,00	485.704,00	485.704,00	100
Física	4	-	-	10	250

>AÇÃO 6060 - CAPACITAÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar extrativistas e extensionistas que atuam nas regiões extrativistas das Comunidades Tradicionais para que as atividades produtivas sejam realizadas em consonância com a conservação ambiental.
Descrição	Definição dos critérios que viabilizem o financiamento de atividades produtivas das Comunidades Tradicionais; Identificar instituições parceiras interessadas em investir na capacitação das comunidades tradicionais; Executar um programa de treinamento específico para assegurar a assistência técnica adequada aos projetos de geração de renda das comunidades tradicionais; Realizar eventos de intercâmbio de experiências entre os beneficiários dos projetos das comunidades tradicionais; Identificar e valorizar os conhecimentos e técnicas tradicionais sustentáveis das comunidades tradicionais; Formar monitores para atuar nas Escolas-Família Extrativistas; Promover treinamento específico para as comunidades nas Reservas Extrativistas Marinhas, especialmente aquelas situadas em pólos petroquímicos, visando assegurar a exploração racional dos recursos pesqueiros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação (1)	Claudia Maria Calório
Unidades executoras (1)	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Extrativismo/ SEDR/ MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, art. 28

RESULTADOS DA AÇÃO:

O objetivo desta ação ao longo de 2008 foi o de fortalecer o componente de capacitação, aumentando sua capilarização e ajudando a estruturar e empoderar as comunidades tradicionais e extrativistas.

Para isso, foram intensificadas as ações de capacitação em elaboração de projetos, em uma estratégia de alcançar comunidades ainda sem acesso a recursos públicos e que precisam saber mais sobre a ferramenta a fim de montar e elaborar projetos que venham a ajudar a suprir demandas, sanar dificuldades e obter avanços em temas ligados à produção, fortalecimento institucional e capacitação.

Ao longo de 2008 foram realizadas as seguintes capacitações:

>8 oficinas de "Mapeamento e Planejamento participativo de cada cadeia de produtos da sociobiodiversidade" (babaçu, buriti, castanha-do-brasil, carnaúba, copaíba, andiroba, piaçava, pequi e seringa) – totalizando 218 pessoas capacitadas;

>7 capacitações "Metodologia para promoção de cadeias de valor da sociobiodiversidade" - Value Links, que capacitaram 99 pessoas;

>5 oficinas para elaboração de projetos em Santa Maria do Tocantins -TO, Alto Paraguai – MT, Luciara - MT, Macapá – AP e Maceió – AL, capacitando 150 pessoas;

>Realização de 8 oficinas para a capacitação de técnicos do MMA e atores estratégicos nas regiões para acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). As oficinas ocorreram em: Brasilia – DF (duas oficinas), Paulo Afonso – BA, Santarém – PA, Belém – PA, São luiz – MA, Rio Branco – AC, Manaus – AM, totalizando 240 pessoas capacitadas;

A CEX promoveu ainda a oficina de capacitação em gestão de projetos para os beneficiários dos projetos, para 26 pessoas. O evento foi esforço de habilitar tais comunidades para gerenciar tanto o aspecto técnico quanto o aspecto financeiro de sua execução, garantindo assim maior transparência na utilização dos recursos e resultados mais concretos e significativos.

No total do ano de 2008, foram capacitados 733 beneficiários em oficinas realizadas em diversos lugares.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	16.460.000,00	5.353.932,86	11.106.067,14	11.106.067,14	100
Física	400	-	-	733	183,25

A execução da meta física foi bem acima da previsão graças à parceria com CONAB, MAPA e MDS, que apoiaram financeiramente parte das capacitações. No entanto com relação aos valores executados deve-se registrar, que dos R$ 11.106.067,14 executados, R$ 8.300.000,00 foram destinados ao Instituto Chico Mendes-ICMBio, também para atividades de capacitação, cujos resultados não foram, ainda, sistematizados e portanto não constam da meta física. Isto faz com os valores destinados, para os custo por pessoa fiquem demasiado alto, não refletindo os valores reais.

>AÇÃO 6087 - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais com vistas a proteção ambiental e a melhoria de qualidade de vida destas comunidades, mantendo suas bases produtivas de forma sustentável.
Descrição	Disponibilização de recursos para o desenvolvimento de projetos que: -Promovam o aprimoramento da utilização sustentável dos recursos ambientais pelas comunidades tradicionais; -Promovam a criação e consolidação de mecanismos de gestão compartilhada do uso dos recursos ambientais, por meio da criação, consolidação e fortalecimento de instâncias relacionadas ás comunidades tradicionais; -Promovam a articulação e o fortalecimento das comunidades tradicionais; -Aprimorem, elaborem e consolidem políticas com vistas a conservação dos meios de vida das comunidades tradicionais, incluindo Reservas Extrativistas; -Promovam a elaboração e implementação de planos de gestão/manejo do uso dos recursos naturais em áreas de uso de comunidades tradicionais; -Promovam o desenvolvimento e aplicação de tecnologias que visem a melhoria na cadeia produtiva e; -Promovam o apoio á atividades com vista a diversificação da economia, a geração de emprego e renda e a segurança alimentar.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação (1)	Cláudia Maria Calório
Unidades executoras (1)	440040, 440001
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Extrativismo/ SEDR/ MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, art. 28

Foram aprovados de 15 projetos, tendo sido repassados recursos para comunidades tradicionais, o que beneficiou em torno de 5.617 famílias no fortalecimento de suas atividades produtivas sustentáveis relacionadas ao Agroextrativismo, assim como sua capacidade de organização social.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	3.760.000,00	575.643,00	3.184.357,00	3.184.357,00	100
Física	38	-	-	15	39,47

Problemas no instrumento de repasse ao beneficiário e dificuldades dos Estados em se adequar ao estabelecido pela Portaria Interministerial 127/2008, principalmente relativo ao SICONV, impossibilitaram o apoio a um número maior de projetos.

Parte dos recursos desta ação foram realizados através da contratação de pessoal temporário para execução das atividades desenvolvidas na ação.

>AÇÃO 6230 - GESTÃO AMBIENTAL EM TERRAS QUILOMBOLAS

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar ações de gestão ambiental em Terras Quilombolas, assim como fornecer as condições necessárias para o acesso às políticas públicas de fomento, de mapeamento e de participação em espaços coletivos para formulação de políticas para a gestão ambiental.
Descrição	A situação fundiária ainda incerta na maioria das terras ocupadas por grupos descendentes de quilombolas, associada a situação de pobreza que predominam na maioria das comunidades resultou em dramática vulnerabilidade ambiental da base de recursos naturais de que tais comunidades dependem econômica e culturalmente. A ação proposta tem o objetivo de promover a gestão ambiental de Terras Quilombolas, associando iniciativas de gestão ambiental, com ênfase na recuperação da base de recursos naturais degradada, à promoção de atividades econômicas sustentáveis e compatíveis com a cultura das comunidades e de forma a preservar e valorizar o patrimônio de conhecimentos associado ao uso da biodiversidade. A exemplo das ações que a Coordenadoria de Agroextrativismo da SDS realiza com outros grupos sociais tradicionais, a gestão ambiental se fará de forma participativa, com envolvimento das comunidades beneficiadas, inclusive nas instâncias de decisão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação (1)	Cláudia Maria Calório
Unidades executoras (1)	440040, 440001
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Extrativismo/ SEDR/ MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, art. 28

Em 2008 foi apoiado um projeto de Fortalecimento Institucional da Associação do Território Quilombola de Alcântara -MA, destinado principalmente a articulação para titulação participativa do território étnico, fortalecimento da Reserva Extrativista Quilombola e manejo e beneficiamento de açaizais e babaçuais da região. Além desse projeto, foram apoiados 8 projetos tipo A de comunidades quilombolas do estado de São Paulo, beneficiando 176 famílias.

Parte dos recursos desta ação foram realizados através da contratação de pessoal temporário para contribuir nas atividades desenvolvidas na ação.

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	450.000,00	-	450.000,00	450.000,00	100
Física	30	-	-	9	30

>AÇÃO 2272 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Dados gerais da ação

Tipo	Administrativa
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisiçãugflhfo de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria de Coordenação da Amazônia
Coordenador nacional da ação (1)	Claudia Maria Calório
Unidades executoras (1)	440040 e 440001
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Extrativismo/ SEDR/ MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, art. 28

META	PREVISÃO/ LEI	DOTAÇÃO CONTIDA	LIMITE DISPONIBILIZADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	350.000,00	0	350.000,00	350.000,00	100

2.3.5.2 - DESEMPENHO OPERACIONAL

INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Nome: Taxa de comunidades tradicionais com beneficiamento da produção.

Descrição: Este indicador mede a proporção de organizações de comunidades tradicionais extrativistas que tem seus produtos inseridos em processos produtivos, que aumentam a agregação de valor aos produtos extrativistas manejados. O universo amostral são as entidades que encaminham projetos à Coordenadoria.

Tipo de Indicador: De eficiência.

Fórmula de Cálculo e Método de Medição: Relação percentual entre o número total de comunidades tradicionais apoiadas que realizam o beneficiamento de seus produtos e o número total de comunidades tradicionais apoiadas.

Avaliação do Resultado

Em 2008, a proporção de organizações inseridas em processos produtivos foi de 42,58%, sendo que índice previsto para o ano era de 24,02%. Isto se deu, porque priorizou-se o apoio a projetos com caráter produtivo de agregação de valor aos produtos.

2.3.6 . GESTÃO DO *PROGRAMA 1166 – TURISMO SOCIAL NO BRASIL : UMA VIAGEM DE INCLUSÃO*

Dados gerais do programa

Tipo de programa	**Finalístico / Apoio à Políticas Públicas (planejamento, políticas setoriais, coordenação)**
Objetivo geral	Promover a inclusão social e a redução das desigualdades
Objetivos Específicos	Promover o turismo como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros
Gerente do programa	Frederico Silva da Costa
Gerente executivo	Valdir Cardoso Neves
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Frederico Silva da Costa
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Fluxo de turistas domésticos Gasto médio do Turista Estrangeiro no País; Novos empregos e ocupações gerados no Setor Turismo Taxa de participação dos Principais Destinos no Total da Demanda Turística
Público-alvo (beneficiários)	Turistas domésticos e trade turístico

2.3.6.1 PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 1166.

AÇÃO 8990 – DESENVOLVIMENTO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO TURISMO

Dados gerais da ação

Tipo	**Finalística / Apoio à Políticas Públicas (planejamento, políticas setorias, coordenação)**
Finalidade	Promover a conservação de bens e serviços ambientais por meio do ecoturismo e estimular a melhoria da sustentabilidade ambiental na atividade turística.
Descrição	Desenvolvimento de ações voltadas para o planejamento ambiental em áreas naturais de interesse ecoturístico; Apoio a elaboração de instrumentos de ordenamento, monitoramento e controle ambiental para o ecoturismo; Capacitação de agentes públicos, privados e atores das comunidades locais em planejamento ambiental para o ecoturismo e turismo sustentável; Coleta, sistematização e georrefenciamento de informações sobre atrativos ecoturísticos em Unidades de Conservação selecionadas para implementar o Sistema de Informações Geográficas para o Ecoturismo - SIG- Ecotur, a ser disponibilizado por meio de portal na internet; Disseminação de práticas e tecnologias sustentáveis para o setor do turismo; Fomento ao desenvolvimento de projetos ambientais associados ao ecoturismo; Apoio a projetos de ecoturismo de base comunitária voltados para a conservação de ambientes naturais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	ALLAN MILHOMENS
Unidades executoras	440040 E 440001
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável-DRS/MMA PROECOTUR/DRS/SEDR/MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Planejamento e acompanhamento descentralizados.

Desenvolvimento de ações voltadas para o planejamento ambiental em áreas naturais de interesse ecoturístico; Apoio a elaboração de instrumentos de ordenamento, monitoramento e controle ambiental para o ecoturismo; Capacitação de agentes públicos, privados e atores das comunidades locais em planejamento ambiental para o ecoturismo e turismo sustentável; Coleta, sistematização e georrefenciamento de informações sobre atrativos ecoturísticos em Unidades de Conservação selecionadas para implementar o Sistema de Informações Geográficas para o Ecoturismo - SIG-Ecotur, a ser disponibilizado por meio de portal na internet; Disseminação de práticas e tecnologias sustentáveis para o setor do turismo; Fomento ao desenvolvimento de projetos ambientais associados ao ecoturismo; Apoio a projetos de ecoturismo de base comunitária voltados para a conservação de ambientes naturais.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO ORÇAMENTO	ORÇAMENTO CONTIGENCIADO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE ORÇAMENTÁRIO %
Financeira	650.00,00		649.818,00	99.97
Física	023		017	73,91

Observação: A carga horária inicialmente prevista foi aumentada, implicando na diminuição do número de cursos , porém contribuindo para a melhoria da qualidade dos cursos realizados.

Desempenho operacional

Vários projetos estão consolidados. Outros estão em fase de conclusão. A meta definida foi superestimada. Em que pese as parceria formadas para a execução de várias ações com atores como o Mtur, Universidade de Brasília, entre outros, a implementação de vários projetos demandou recursos para operacionalização de logísitica, desenvolvimento de ferramentas de apoio, seja na forma de recursos humanos qualificados para apoiar determinadas ações, seja para o desenvolvimento de ferramentas de apoio a esses projetos, realização de oficinas de trabalho, como para a implementação de ferramentas de comunicação. Algumas ações extrapolaram o exercício, em razão de envolverem um período mais longo de desenvolvimento. É o exemplo da Campanha Passaporte Verde, cujas ferramentas de comunicação vem sendo desenvolvida ao longo do ano e devem ser consolidadas em março de 2009. Adicionalmente a sua implementação em Paraty, como projeto piloto, o monitoramento da eficácia da implementação desta campanha deverá ocorrer durante todo o ano de 2009. Tal campanha é permanente e prevê a sua replicação em vários municípios turísticos brasileiros,_demandando a implementação de ações estruturantes para melhorar a sustentabilidade ambiental dos municípios turísticos brasileiros, no projeto que está se estruturando para o município de Paraty, denominado Férias Sustentáveis.

A Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Amazônia, desenvolvida em parceria com o Ministério do Turismo, demanda apoio e assistência técnica aos órgãos estaduais e municipais de turismo e meio ambiente para a sua implementação, que deverá ocorrem em médio prazo. Demanda um conjunto de medidas, projetos e ações complementares para se fazer implementar a suas diretrizes, que no caso ambiental demandarão aporte técnico do Ministério do Meio Ambiente.

O Sistema de Informações Geográficas para o Ecoturismo, continua ampliando a integração de áreas em seu banco de dados, o que demanda permanente levantamento, tratamento, atualização e sistematização de informações cartográficas e de monitoramento em campo. As duas novas áreas, Santarém e Paraty, deverão ser concluídas em julho de 2009. O lançamento do Portal do SIG deverá ocorrem ainda no mês de abril, com 4 destinos pilotos desenvolvidos.As ações de capacitação terão continuidade, inclusive na implementação de vários cursos não realizados em 2008, porque tiveram seus processos licitatórios frustrados, e que serão retomados em 2009.

A carteira de projetos de base comunitária desenvolvida, terá sua implementação efetivada em 2009, com edital a ser lançado no mês de março. Busca-se mais aporte de recursos junto a parceiros, tendo se iniciado tratativas com o MDA para implementação de projetos de ecoturismo comunitários em municípios dos Territórios da Cidadania.

CRONOGRAMA 2008:

Janeiro: Monitoramento de ações em curso e de projetos iniciados em 2008.

Fevereiro: Planejamento das ações de capacitação em ecoturismo, acompanhamento e monitoramento de projetos que já estavam sendo executados desde 2007, a exemplo da implantação do Sistema de Informações Geográficas de Ecoturismo.

Março: Processo de planejamento do Curso de Bioconstrução e levantamento de dados e informações em campo para a implantação do Sistema de Informações Geográficas em duas novas áreas (Parque Nacional Marinho de Abrolhos e Parque Nacional da Serra da Canastra. Realização de Oficina de apresentação das ações a serem desenvolvidas no Projeto Férias Sustentáveis e Campanha Passaporte Verde em Paraty.

Abril: Monitoramento e acompanhamento do desenvolvimento do Sig e do desenvolvimento da Carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária.

Maio: Acompanhamento das ações de vários projetos em curso, como a Estratégia de Turismo Sustentável da Amazônia Legal. Inicio do Curso de Condução de Visitante em Áreas Naturais, abrangendo municípios do Vale do Ribeira – SP.

Junho: Início do Processo de desenvolvimento de Metodologia e Manual para a realização de Curso de Bioconstrução. Conclusão do processo de elaboração da carteira de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária.

Julho: Acompanhamento e monitoramento de projetos em curso, inclusive das ações relacionadas ao projeto Férias Sustentáveis e Campanha Passaporte Verde. Concluído o desenvolvimento de metodologia e manual de capacitação para curso de capacitação em Biocontrução. Ações de sensibilização para a implementação da campanha Passaporte Verde em Paraty/RJ.

Agosto: Início do Curso de Bioconstrução. Inicio do Curso de Condução de Visitante em Àreas Naturais, abrangendo municípios do Vale do Ribeira - SP. Inicio processo de licitação para contratação de serviços de consultoria para a realização de 11 cursos de capacitação em Condutores de Visitantes em Áreas Naturais em vários municípios selecionados.

Setembro: Realização de atividades de acompanhamento aos projetos em desenvolvimento. Planejamento das ações integradas entre MMA e MTUR pára a definição de diretrizes para o fomento ao turismo sustentável, para a qual foi definido um Grupo de Trabalho Interministerial. Realização de Oficinas estaduais para debater a proposta de Estratégia para o Turismo Sustentável da Amazônia Legal. Conclusão do Curso de Bioconstrução em Ilha Grande do Paulino, município de Tutóia no Maranhão, como experiencia piloto para aplicação da metodologia e conteúdos desenvolvidos.

Outubro: Conclusão de vários cursos de capacitação. Contração de consultoria para desenvolvimento de ações de capacitação em educação ambiental para o turismo em Paraty, município piloto onde esta sendo desenvolvido o Projeto Férias Sustentáveis. Planejamento das Ações de Capacitação em Planejamento do Ecoturismo e Comunidades. Planejamento e desenvolvimento de projetos para a implantação de dois Sistemas de Informações Geográficas em Ecoturismo em duas novas áreas: Santarém no Pará e Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.

Novembro: Consolidação do Projeto de Levantamento da Referências Culturais do Xapuri no Acre. Ações de planejamento de desenvolvimento de conteúdo para o *website* da Campanha Passaporte Verde. Desenvolvimento de ferramentas de comunicação para a Campanha. Realização de três cursos de capacitação em Planejamento do Ecoturismo e Comunidades.

Dezembro: Consolidação de vários projetos. Produção de edital para a seleção de Projetos de Ecoturismo de Base Comunitária a serem apoiados em 2009, Finalização dos conteúdos e design das ferramentas de campanha Passaporte Verde, e desenho do Plano de Trabalho do Projeto Ferias Sustentáveis em Paraty. Conclusão da Estratégia de Uso Turístico do Parque Nacional da Amazônia. Conclusão das sistematização das informações do Estudo de Mercado da Amazônia. Em avaliação a proposta de Estratégia para o Turismo Sustentável da Amazônia Legal. Descentralização de R$.350.672,00, para a Universidade de Brasília para fazer face às ações de desenvolvimento do SIG-Ecotur nas duas novas áreas piloto.

Indicadores:

- Eficiência:. Execução de 99.97% do orçamento do ano fiscal de 2008 relativo à ação 8990.

- Eficácia: O número previsto de cursos sofreu redução devido o aumento da carga horária de cada curso, demandando mais recursos financeiros para cada curso individualmente, porém aprimorando a qualidade dos mesmos.

- **Efetividade:** Ainda não há uma metodologia definida para o cálculo da efetividade da presente ação.

2.3.7 . GESTÃO DO *PROGRAMA 1332 – CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS*

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando as suas especificidades, por meio da expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, bem como para a definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas, com a justa repartição dos benefícios decorrentes
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Paulo Guilherme Cabral
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Número de instrumentos de sistemas de gestão desenvolvidos; Taxa de proteção integral dos Biomas; Taxa de uso sustentável dos Biomas.
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

2.3.7.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 1332

> AÇÃO 8951 – DEFINIÇÃO DE MECANISMOS DE RETRIBUIÇÃO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Dados gerais da ação

Tipo	
Finalidade	Prover informações sistematizadas e espacializadas de mensuração, valoração, compensação e monitoramento dos serviços ambientais nos biomas Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Campos Sulinos e Costeiros e Marinhos para a definição de mecanismos de pagamento e dos direitos de propriedade dos serviços ambientais.
Descrição	Para a implantação do sistema, as ações se iniciam com a obtenção de informações biofísicas e socioeconômicas dos ecossistemas brasileiros, organizados em biomas e por estados para facilitar a gestão. Estas informações requerem organização em um conjunto de indicadores ambientais, sociais e econômicos referenciadas geograficamente. Informações primárias relevantes podem ser obtidas por imagens de satélite em nível compatível com as necessidades de gestão dos projetos territoriais de pagamentos por serviços ambientais. Informações mais detalhadas não captáveis por imagens de satélite serão obtidas através de estudos amostrais nos diversos biomas, que servirão também para a necessária calibração dos indicadores selecionados. Na seleção das fontes de imagem deverá ser privilegiada aqueles que estejam livre de custos, embora possam requerer licenças de uso ou necessidade de convênios de cooperação. Para os estudos de valoração podem ser utilizados métodos de baixo custo, usando imagens noturnas para a captação de energia (light energy - LE) ou imagens de cobertura vegetal para medir o valor das florestas. Estas informações deverão ser disponibilizadas numa rede a ser criada, que pode ser a estrutura do SINIMA ou incluir na base dados do ZEE para uso de todos os participantes do sistema, ou seja, as instituições governamentais federais, estaduais, municipais, de ONGs, de movimentos sociais, de universidades e institutos de pesquisa. Esta rede será gerenciada pelo Ministério do Meio Ambiente, pela estrutura especialmente preparada para esta função. Esta estrutura será responsável pelo monitoramento de projetos territoriais de serviços ambientais em nível nacional, utilizando a rede e um sistema especialmente desenhado para esta função. O desenho e operacionalização deste sistema de monitoramento são atividades que requer investimento deste programa. Por fim, a operacionalização de todo o sistema ou mecanismo de pagamento por serviços ambientais requer um esforço de capacitação específica em todos os níveis de usuários das instituições acima mencionadas. Esta capacitação deverá ser realizada através de convênios com instituições técnicas ou acadêmicas participantes do sistema. Durante todo o processo de formulação e implantação do sistema, reuniões técnicas, oficinas de trabalho e seminários serão instrumentos a serem utilizados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS/SEDR/MMA
Unidades executoras	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS/SEDR/MMA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	DRS/SEDR/MMA e DEMA/SECEX/MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto 6.101/2007 - artigo 29.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA AÇÃO:

O principal resultado obtido no âmbito desta ação em 2008 foi a elaboração de um projetos de lei que versa sobra a política de gestão dos serviços ambientais. A proposta, elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente foi encaminhada à Casa Civil onde se encontra na fase de consulta a outros áreas do governo.
Contratação de uma consultoria na modalidade produto para realizar os estudos e desenvolver indicadores ambientais de retribuição por serviços ambientais. Os trabalhos da consultoria prosseguem em 2009 com conclusão prevista para o segundo semestre.

A tabela a seguir demonstra a evolução das metas física e financeira desta ação:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	250.000,00	249.750,00	99,90
Física	04	01	25,00

Obs.: Caba esclarecer que, embora só tenhamos atingido um quarto da meta física prevista para o período, o instrumento construído (projeto de lei) é a mãe de todos os demais instrumentos para a implementação de uma política de pagamento por provimento de serviços ambientais. Neste sentido, pode-se considerar um importante avanço da ação apesar da, aparentemente, baixa execução física.

2.3.8 - GESTÃO DO PROGRAMA 1426 – CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Paulo Guilherme Cabral
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira
Público-alvo (beneficiários)	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária

2.3.8.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA 1426:

>AÇÃO 6061 – FOMENTO A PROJETOS DEMONSTRATIVOS NA AMAZÔNIA E MATA ATLÂNTICA

Tipo	Atividade meio
Finalidade	Apoiar projetos demonstrativos com participação das comunidades visando gerar conhecimentos, desenvolver processos de gestão, formas de manejo dos recursos naturais e práticas produtivas inovadoras, voltadas para influenciar políticas públicas destinadas à produção familiar rural. A centralidade dos projetos está na promoção da sustentabilidade da produção baseada na agrobiodiversidade incorporando o fator ambiental no processo de decisão do produtor. Um fator importante é o fortalecimento das organizações comunitárias como base dessas iniciativas.
Descrição	A ação Projetos Demonstrativos vem sendo implementada no âmbito do Programa Amazônia Sustentável. Essa ação está também inserida no Programa Piloto para Conservação das Floresta Tropicais do Brasil como subprograma e conta com recursos da cooperação financeira alemã até 2010. Desde 2004, na sua terceira fase envolve três componentes: 1. Consolidação de experiências bem sucedidas; 2. Alternativas ao Desmatamento e Queimadas (PADEQ) e 3. Ações para Conservação da Mata Atlântica. A ação apóia projetos apresentados por organizações comunitárias e da sociedade civil. A ênfase dos componentes Consolidação e PADEQ está voltada para a incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de produção, tanto pela sua diversificação e implantação de Sistemas Agroflorestais , quanto pela integração da Reserva Legal e pela preservação das APPs. Na Mata Atlântica os projetos estão voltados principalmente para consolidação das Unidades de Conservação e para os produtores familiares do seu entorno.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS/SEDR/MMA
Unidades executoras	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria Técnica do PDA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 6.11/2007 - artigo 29

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA AÇÃO:

Esta ação, constante do PPA, visa apoiar a gestão do Sobprograma de Projetos Demonstrativos – PDA. Os recursos destinados à execução dos projetos são oriundos de doação do Governo Alemão, por meio do KfW e do Banco do Brasil, sendo repassados diretamente aos projetos sem passar pelo Tesouro. As principais atividades do PDA em 2008 foram:

- Acompanhamento técnico e financeiro a 195 projetos demonstrativos nos biomas Amazônia e Mata Atlântica;
- Seleção de 16 novos projetos, com formato de rede, com a finalidade de desenvolver um modelo de sistematização e geração de conhecimento em rede na Mata Atlântica;
- Lançamento de chamada para selecionar 04 novos projetos para apoiar processos de identificação e implantação de corredores ecológicos no bioma Mata Atlântica;

- Elaboração de termo de referência para contratar estudo sobre a cobertura vegetal nativa na Mata Atlântica;
- Realização de estudo sobre as potencialidade econômica dos sistemas agroflorestais apoiados pelo Subprograma com foco na geração de serviços ambientais.

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS OU SOCIAIS

O Ministério do Meio Ambiente – MMA, por meio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, implementa o Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA desde 1995. Seu principal interesse é promover aprendizagens sobre a viabilidade de novos modelos de preservação, conservação e utilização racional dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais. O PDA propõe essa melhoria por meio do incentivo à experimentação de tecnologias sustentáveis, do fortalecimento da organização social e do gerenciamento de ações que conciliem a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento econômico e social.

Desde seu início, entre os anos de 1996 e 2003 (sua primeira fase), o PDA apoiou 194 projetos, sendo 147 na Amazônia e 47 na Mata Atlântica. Os projetos desenvolveram ações nas áreas temáticas de sistemas agroflorestais, recuperação ambiental, manejo de recursos florestais, manejo de recursos aquáticos e preservação ambiental. No processo de implementação das experiências, em sua maioria inovadoras, muitas foram as lições aprendidas pelas instituições executoras e parceiras dos projetos e pela Secretaria Técnica do PDA.

Considerando as lições aprendidas, o PDA elaborou três novos componentes iniciados a partir de 2003/04, denominados:

1) Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (PADEQ), voltado para a Amazônia legal;
2) Componente Consolidação, direcionado a consolidar iniciativas já apoiadas anteriormente na Amazônia e Mata Atlântica; e

3) "Ações de Conservação na Mata Atlântica", voltado a apoiar projetos de iniciativa de organizações da sociedade civil, observando o domínio do bioma Mata Atlântica definido pelo Decreto Nº 750/93. Atualmente, considerando os 03 componentes, o PDA apóia 196 projetos, sendo 123 na Mata Atlântica e 73 na Amazônia.

Abaixo seguem os resultados encontrados por bioma. Esses resultados são referentes aos projetos do componente Mata Atlântica em conjunto com projetos do componente consolidação na Mata Atlântica, caracterizando assim o bioma MATA ATLÂNTICA e dos projetos PADEQ em conjunto com projetos Consolidação na Amazônia caracterizando o bioma AMAZÔNIA.

Quadro síntese:

QUADRO SÍNTESE – Mata Atlântica e Amazônia	
Descrição	**Total**
Famílias envolvidas - **Mata Atlântica**	5.530
Famílias envolvidas - **Amazônia**	3.752
Homens envolvidos em estratégias de cursos - **Mata Atlântica**	5.449
Mulheres envolvidas em estratégias de cursos - **Mata Atlântica**	4.384
Jovens envolvidos em estratégias de cursos - **Mata Atlântica**	]3743
Total geral de pessoas envolvidas em estratégias de cursos na Mata Atlântica	13.586
Homens envolvidos em estratégias de cursos- **Amazônia**	2.313
Mulheres envolvidas em estratégias de cursos - **Amazônia**	1.424
Jovens envolvidos em estratégias de cursos - **Amazônia**	1.277
Total geral de pessoas envolvidas em estratégias de cursos na Amazônia	4.934
Homens envolvidos em estratégias de intercâmbio - **Mata Atlântica**	3.879
Mulheres envolvidas em estratégias de intercâmbio - **Mata Atlântica**	2.024
Jovens envolvidos em estratégias de intercâmbio - **Mata Atlântica**	1.482
Total geral de pessoas envolvidas em estratégias de intercâmbio - Mata Atlântica	7.237
Homens envolvidos em estratégias de intercâmbio - **Amazônia**	1.693
Mulheres envolvidas em estratégias de intercâmbio - **Amazônia**	1.027
Jovens envolvidos em estratégias de intercâmbio - **Amazônia**	930
Total geral de pessoas envolvidas em estratégias de intercâmbio - Amazônia	3.645

QUADRO SÍNTESE GERAL	
Descrição	***Total***
Hectares previstos com Sistemas Agroflorestais (Área de Preservação Permanente - APP + Reserva Legal - RL + Outras) na **Mata Atlântica**	*2.047,84*
Hectares implementados com Sistemas Agroflorestais (Área de Preservação Permanente - APP + Reserva Legal - RL + Outras) na **Mata Atlântica**	*1.400,72*
Hectares com Sistemas Agroflorestais em Área de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL na **Mata Atlântica**	*942*
Hectares previstos com Sistemas Agroflorestais (Área de Preservação Permanente - APP + Reserva Legal - RL + Outras) na **Amazônia**	*3.284*
Hectares implementados com Sistemas Agroflorestais (Área de Preservação Permanente - APP + Reserva Legal - RL + Outras) na **Amazônia**	*1.502*
Hectares com Sistemas Agroflorestais em Área de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL na **Amazônia**	*1.448*
Projetos que envolvem Terras Indígenas - **Mata Atlântica**	*3*
Projetos que envolvem Terras Indígenas - **Amazônia**	*0*
Projetos que envolvem Quilombos - **Mata Atlântica**	*7*
Projetos que envolvem Quilombos - **Amazônia**	*1*
Projetos que envolvem Assentamentos de Reforma Agrária - **Mata Atlântica**	*15*
Projetos que envolvem Assentamentos de Reforma Agrária - Amazônia	*15*
Quantidade anual de mudas que serão plantadas nas atividades de implantação dos Sistemas Agroflorestais - SAFs na **Mata Atlântica**	*882.050*
Quantidade anual de mudas que serão plantadas nas atividades de implantação dos Sistemas Agroflorestais - SAFs na **Amazônia**	*891.600*

A tabela a seguir demonstra a evolução das metas física e financeira desta ação:

META	**PREVISÃO**	**EXECUÇÃO**	**EXECUÇÃO/PREVISÃO %**
Financeira (fonte 100)	300.000,00	300.000,00	100,0
Financeiro (fonte 195)*	18.682.921,00	12.204.788,81	65,3
Física	184	195	105,0
** Vale ressaltar que os dados de execução referentes aos recursos da doação não foram informados no SIGPLAN, uma vez o sistema não comporta tais dados, gerando um resultado de execução financeira muito aquém do real. Há, no entanto, uma observação no sistema relatando essa disparidade.*			

>AÇÃO 8308 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES TERRITORIAIS DE GESTÃO AMBIENTAL RURAL (GESTAR)

Dados gerais da ação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Implantar uma organização social territorial para a gestão ambiental, incluindo mecanismos de pagamento por serviços ambientais no meio rural, visando melhorar a qualidade ambiental.
Descrição	Implantação de Projetos de Gestão Ambiental Rural em territórios selecionados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Coordenador nacional da ação	Carcius Azevedo dos Santos
Unidades executoras	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº. 6.101/2007 artigo 29.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA AÇÃO

Objetivo imediato -1 : Implantar um banco de dados que disponibilize as experiências e informações de cada Projeto GESTAR em operação nos territórios, bem como criar uma central de projetos que possibilite o acesso em rede às fontes financiadoras.

A solução encontrada de hospedar as informações do GESTAR no site do MMA. O que valorizou sua execução dando maior visibilidade e ao mesmo tempo cumprindo uma função de transformar os recursos ora investidos, ao longo do tempo, numa perspectiva real de que venha ser aprimorado e recepcionado como uma política pública.

Objetivo imediato -2: Formular e implantar Planos de Gestão Ambiental Rural (PGAR) nos assentamentos humanos rurais localizados nos territórios selecionados em diferentes ecossistemas e Estados do País.

A definição de concentra as ações nos territórios selecionados esteve em acordo com a realidade orçamentária e de quadro técnico. Foi suficiente para propor uma nova abordagem em termos de gestão ambiental territorial rural, nos leva ao entendimento que o PGAR possa vir a ser mais uma ferramenta que favoreça o reconhecimento das populações locais do seu ambiente e assim contribua para orientar decisões em diferentes instâncias.

Objetivo imediato -3: *Construir, de forma participativa, um processo de gestão ambiental rural em todos os territórios GESTAR*

A elaboração do PGAR foi avaliada positivamente pelas comunidades locais pelo fato de estar gerando interesses pelo (re)conhecimento dessa ferramenta de gestão, por parte de agentes governamentais e das comunidades assistidas direta e indiretamente pelo GESTAR. Nos dois casos de coincidência do Território Gestar e da Cidadania - Araguaia e Portal da Amazônia -, esse documento já foi disponibilizado e internalizado em seus Colegiados Territoriais, servindo de subsídio para a construção dos Planos de Desenvolvimento Local.

Objetivo imediato -4 : Formular e institucionalizar um Programa Nacional de Gestão Ambiental Rural (GESTAR) com base nos pressupostos e nas experiências recolhidas dos territórios e que deverá servir de instrumento de política pública para todo o País

As articulações estabelecidas com outras ações nos Territórios da Cidadania podem colocar o Gestar como uma possibilidade de instrumento de gestão para os colegiados territoriais, como mencionado no Objetivo 3, favorecendo a introdução componente ambiental, de forma mais sistêmica, em suas deliberações.

Objetivo imediato -5: Realizar um estudo de análise e propostas sobre a oferta, demanda e mecanismos necessários para orientar o financiamento de inversões e infra-estrutura ambiental dos territórios.

Entendemos que a elaboração dos PGARs, com as proposições de projetos para os Territórios, que as fontes de financiamentos mais adequadas a cada região estão devidamente identificadas em demandas trabalhadas nos projetos de base familiar, como também nos levantamentos revelados pela Avaliação Ambiental Integrada de cada território trabalhado.

OS BENEFICIADOS DIRETOS E INDIRETOS - SOBRE QUEM IMPACTARAM OS RESULTADOS ALCANÇADOS?

Dentre os aspectos percebidos que trouxeram benefícios diretos e indiretos, e seus respectivos impactos, podemos destacar os seguintes, que se fizeram presentes em escalas diferenciadas, em todos os pólos do Gestar:

- Formação em Agroecologia, desenvolvida como Unidades Ambientais de Referência - UAR, que possibilitou o desencadeador de processos de formação e experimentações em vários âmbitos, contribuindo de também para uma nova concepção de extensão rural, nos aspectos de desenvolvimento e difusão de sistemas agroecológicos nas áreas de Cerrado, Caatinga e transição; na recuperação de práticas tradicionais de manejo e produção sustentáveis; no desenvolvimento e implementação de propostas de agroextrativismo sustentável associadas ao beneficiamento da produção; na sistematização de experiências agroecológicas; e na articulação da Rede de Formadores em Agroecologia.

- Valorização e Proteção da Agrobiodiversidade, alcançando comunidades com situações socioambientais semelhantes em diferentes regiões, e que favoreceram iniciativas de preservação e (re)valorização da agrobiodiversidade local, por meio dos bancos de sementes e campos de com envolvimento crescente de famílias e comunidades; beneficiamento e comercialização da Produção Agroextrativista Familiar – desenvolvida nas UARs e contribuindo na organização de arranjos produtivos, de forma a beneficiar os camponeses, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares em geral, valorizando seu modo de vida, preservando e recuperando ambientes naturais.

IMPREVISTOS POSITIVOS E NEGATIVOS, QUE AFETARAM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.

- Durante o período de 2008 não foram detectados imprevistos que pudessem interferir de forma negativa no desenvolvimento das ações do Projeto. Como ponto positivo, podemos apontar a disponibilização financeira, em tempo hábil, que contribui para o bom desempenho das ações programadas.

QUE MEDIDAS A INSTITUIÇÃO NACIONAL EXECUTORA RECOMENDARIA PARA AUMENTAR O IMPACTO DO PROJETO, SEJA EM TERMOS INSTITUCIONAL, TÉCNICO OU DE GESTÃO.

Aproximar o Projeto dos Territórios da Cidadania, no sentido de que o Projeto venha a ser uma ferramenta de colaboração aos planos de desenvolvimento normalmente elaborados e conduzidos pelos colegiados territoriais.

IMPORTÂNCIA DAS CONTRATAÇÕES E PARCERIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO PARA VIABILIZAR A AÇÃO E O ALCANCE DOS RESULTADOS

As ações realizadas ocorreram por meio de acordo de cooperação com organismo internacional, o que facilitou boa parte da execução dos objetivos realizados.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	DOTAÇÃO CONTIGENCIADA	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/LIMITE %
Financeira	1.900.000,00	20.000,00	1.880.000,02	98,94
Física	9		9	100

>AÇÃO 8998 – IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE UTILIZAÇÃO DOS PÓLOS DO PROAMBIENTE EM ESCALA TERRITORIAL

Tipo	
Finalidade	Elaborar e implementar planos de desenvolvimento em escala territorial, planos de provimento de serviços ambientais e estabelecimento de formas de compromisso de provimento comunitário de serviços.
Descrição	Para cada unidade territorial em que se insere o pólo pioneiro se requer uma delimitação físico-espacial para a realização de um inventário biofísico e socioeconômico dos serviços ambientais. Este inventário fornece dados para o estabelecimento de uma linha de base e o plano de gestão ambiental para o desenvolvimento da unidade territorial, ou plano de desenvolvimento sustentável do território (PD). O inventário fornecerá dados também para o estabelecimento de metas dos planos de usos da terra individuais (PU) ou coletivos, utilizando a experiência dos pólos pioneiros onde estiverem constituídos. A segunda atividade de consolidação territorial é o rearranjo institucional para a gestão participativa do processo, com a inclusão de todos os atores representativos do território. Esta etapa de mobilização social inclui atividades de capacitação social sobre serviços ambientais, não somente das instituições implementadoras (gestão), mas também dos produtos familiares (serviço de extensão/educação ambiental). A terceira atividade se refere ao acompanhamento das auditorias externas e certificação; acompanhamento das etapas de georreferenciamento e monitoramento ambiental e avaliação do programa.Apoio financeiro e logístico e disponibilização social e institucional, implantação do sistema de informação e monitoramento e avaliação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA
Coordenador nacional da ação	Departamento de Desenviolamento Rural Sustentável - DRS/SEDR/MMA
Unidades executoras	440040
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Desenviolamento Rural Sustentável - DRS/SEDR/MMA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº. 6.101/200/ artigo 29

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA AÇÃO:

Essa ação visa apoiar a implementação do Proambiente na Amazônia Legal. Atualmente o programa se desenvolve em 08 polos pioneiros, sendo um no Acre, um em Rondônia, um no Mato Grosso, um no Tocantins, três no Pará e um no Maranhão, atingindo cerca de 3.700 famílias de agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados da reforma agrária e extrativistas. As ações principais foram:

- Acompanhamento e monitoria a 08 polos pioneiros na Amazônia Legal;
- Disponibilização de serviços de assistência técnica e extensão rural, por meio de parceria com o MDA;
- Realização de avaliação qualitativa dos resultados do Programa;
- Constituição de um grupo de trabalho encarregado fazer uma revisão do programa Proambiente, tornando seu funcionamento mais simples e melhorar a integração com outras ações públicas;
- Realização de estudos e desenvolvimento de mecanismos de pagamento por serviços ambientais.

A tabela a seguir demonstra a evolução das metas física e financeira desta ação:

META	**PREVISÃO**	**EXECUÇÃO**	**EXECUÇÃO/PREVISÃO %**
Financeira	1.525.473,00	1.450.414,00	95,1
Física	09	08	88,88

A N E X O I

QUADROS GERAIS

UNIDADE JURISDICIONADA

440040-SEDR

2.4. - EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

UG-440040-SEDR

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	**2007**	**2008**
1. PASSAGENS	356.301,51	182.973,64	456.703,08
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	218.604,34	142.366,02	114.105,61
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	-
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	-	-	-
3.3. Tecnologia da informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações	-	-	-
3.5. Suprimento de fundos	-	-	-
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	-
TOTAIS	**574.905,85**	**325.339,66**	**570.808,69**

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

(Item 3 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.1- Reconhecimento de Passivos)

“ NÃO SE APLICÁVEL À NATUREZA DA UNIDADE JURISDICIODADA “

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Item 4 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.2- Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2006	2.400,00	0,00	0,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00	1.899.112,60	12.364,86	0,00	1.886.747,74
2008	87.285,00	0,00	0,00	87.285,00	45.000,00	19.935,44	1.562,42	23.502.14
T O T A L	**89.685,00**	**0,00**	**0,00**	**89.685,00**	**1.944.112,60**	**32.300,30**	**1.562,42**	**1.910.249,88**

Nota:

Os restos a pagar (processados) e registrados pela UG-440054 - exercício 2006 é resultado de despesas impugnada no exercício e retornado a conta razão, pelo que permaneceu em decorrencia de acertos para o fechamento do Acordo, junto a STN .(Contrato de Contribuição Financeira KfW 98.66.237).

Os registros apresentados no exercício de 2007, se identificam pelos lançamentos efetivados pela UG-440040 e não processados , não sendo pagos em decorrencia das reestruturações regimental, no ambito do MMA, decorredas pelo Decreto nº 6.101 de 26/04/2006 e, conseguentemente a reavaliação dos Termos de Cooperação junto ao PNUD, orgão este, credor dos valores empenhados e não pagos.

Os registros de RP (processados e não processados) - exercício 2008 - inscritos pela UG-440047 referem-se a recurso de contra-partida, empenhado para fazer face as obrigações determinadas pelo Contrato de Emprestimo BID Contrato nº 1216/OC-BR, cuja execução foi, em parte, processada no âmbito do Acordo de Cooperação MMA/PNUD-BRA99/09, organismo esse , credor do valor inscrito e, que em decorrência do fechamento, no final do exercício de 2007 e pela necessidade de acertos junto a STN e Banco Mundial e, pelos levantamentos de encerramento do BRA-99/09os valores não foram pagos , e mediante aos acertos já efetivados os valores inscritos foram cancelados.

5. Demonstrativo de transferências

PROGRAMA 0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONOMICO					
PROGRAMA/ AÇÃO	**Tipo 3**	**Identificação do Termo**	**Valor repassado no Exercício**	**Objetivo**	**Situação**
18.122.0512.2272	Projeto de Cooperação Técnica Internacional MMA/ MRE/ PNUD. Inicio em 25/06/2001 - Revisão Substantiva "P" do Projeto - vigencia 30/09/2009 processo 02000.0003270/02-78 Publ. DOU de 19/09/2008 - valor total::R$19.586.600,73	Projeto BRA 00-022 PNUD " Apoio às Políticas para o Desenvolvimento Sustentável"	121.990,00	1.1 Atualização das diretrizes metodológicas do ZEE 1.2. Consolidar o Sistema de Informações do Programa ZEE 1.3. Realização de reuniões da Comissão Coordenadora do ZEE 1.4. Apoio ao Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal e dos estados.	Projeto em Curso
18.127.0512.7413			1.268.640,00		
18.126.0512.7965			162.618,94		
18.127.0512.1J30			100.000,00		
18.127.0512.1J30	Termo de Cooperação SEDR-MMA / Comando do Exército – DCT. DOU de 14/05/2008. Vigencia: 14/05/2008 a 14/05/2010 Valor do Projeto:R$5.803.318,00 Processo: 02000.000087/2008-14	Termo de Cooperação	4.921.575,35	Elaboração da Base Cartográfica Digital Contínua da Amazônia Legal na escala 1:100.000.	Projeto em Curso
18.127.0512.1J30	Termo de Cooperação SEDR-MMA / IBGE. DOU: 23/08/2008. Vigencia:15/8/08 a 14/8/10 Processo: 02000.003699/2006-99	Termo de Cooperação	1.439.505,05	Elaboração da Base Cartográfica Digital Contínua da Amazônia Legal na escala 1:100.000.	Projeto em Curso
TOTAL			**8.014.329,34**		

PROGRAMA 1080 - COMBATE A DESERTIFICAÇÃO

PROGRAMA/ AÇÃO	Tipo 2	Identificação do Termo	Valor repassado no Exercício	Objetivo	Situação
18.541.1080. 8906	Termo de Cooperação Técnica – Ajuste complementar- Gov.Brasileiro e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura dos Estados Americanos-IICA Assinado em 20.12.2005, revisado em 04/09/08 com vigência até 20/02/2012- Valor Total do Projeto: R$ 8.704.663,37	Projeto PCT BRA/IICA/05/004	418.826,27	Apoiar a Elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAE's e desenvolver ações experimentais de implementação do PAN-Brasil.	Projeto em Curso
18.541.1080.200H -			100.000,00		
18.128.1080. 4971			160.000,00		
TOTAL			**678.826,27**		

PROGRAMA 0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

PROGRAMA/ AÇÃO	Tipo 3	Identificação do Termo	Valor repassado no Exercício	Objetivo	Situação
18.541.0150.6063-	Cooperação Financeira Oficial Alenhanha/Brasil.	PRODOC – BRA 03/009 PDA/PDPI	210.000,00	Apoio a sub-projetos de povos indígenas na amazonia, atraves de organizações indigenas ou ONG's.Garantir a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas da amazonia brasileira, nos seus próprios termos, aliada à sustentabilidade ambiental de suas terras.	Projeto em Curso
18.541.0150.8671-	Projeto de Cooperação Técnica Internacional MMA/ MRE/ PNUD.	PRODOC – BRA 99/025	150.000,00	Apoiar povos indígenas na capacitados para a produção sustentável, na geração de renda e na gestão ambiental dos seus territórios.	Projeto em Curso
	Projeto de Cooperação Técnica Internacional MMA/ MRE/PNUD. Vigência: 01/12/2008 a 31/12/2011.valor total Projeto:US25,720,791.00	PRODOC – BRA 08/012	413.355,72	Fortalecer e capacitar povos indígenas e povos e comunidades tradicionais para a produção sustentável e gestão ambiental territorial e promover o aprimoramento econômico do setor agroextrativista a fim de melhorar as condições de vida dessas populações.	Projeto em Curso
TOTAL			**773.355,72**		

PROGRAMA 1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL					
PROGRAMA/ AÇÃO	**Tipo 3**	**Identificação do Termo**	**Valor repassado no Exercício**	**Objetivo**	**Situação**
18.541.1166.8990	Termo de Cooperação	Termo de Cooperação, entre a SEDR-MMA e a Universidade de Brasília-UNB. CNPJ-00038174/0001-43 UG- 154040 celebrado em 30/12/2009, publicação DOU de 31/12/2008 - vigencia: 31/12/2009 processo nº. 02000.003394/08-49	**350.672,00**	Estabelecimento de Ações conjuntas para apoiar o desenvolvimento do SIGECOTUR, no sentido de avaliar e desenvolver as necessidades de interfaces de dados geográficos e sua utilização.	Projeto em execução
	Projeto de Cooperação Técnica Internacional MMA/ MRE/ PNUD. Inicio em 25/06/2001 - Revisão Substantiva "P" do Projeto - vigencia 30/09/2009 processo original nº. 02000.0003270/ 02-78 Publicação DOU de 19/09/2008 - valor total do Projeto:R$19.586.600,73	Projeto BRA 00-022 PNUD " Apoio às Políticas para o Desenvolvimento Sustentável"	**238.846,40**	Atendimento resultado 4.2, Atividade 4.2.2 e 4.2.7 do Prodoc-BRA/00/022, com vista a desenvolver ações e estratégias de divulgação, comunicação valtadas para a mobilização e sensibilidade do setor turístico, comunidades e a sociedade em geral sobra os impactos do turismo sobre o meio ambiente.	
TOTAL			**589.518,40**		

PROGRAMA 1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS.					
PROGRAMA/ AÇÃO	**Tipo 3**	**Identificação do Termo**	**Valor repassado no Exercício**	**Objetivo**	**Situação**
18.541.1145.200I 18.128.1145.6060 18.541.1145.6230 18.541.1145.6040 18.541.1145.6087	Projeto de Cooperação Técnica Internacional MMA/ MRE/ PNUD. PRODOC – BRA 99/025. Inicio: 01/12/1999. Revisão Substantiva e Mandatária "Q" com vigencia para 30/06/2009	Projeto BRA/99/025 - Programa de Apoio ao Agroextrativismo na Amazônia	977.894,97 210.000,00 259.498,92 381.000,00 400.000,00	**Objetivo específico1**: Coordenar iniciativas governamentais e não governamentais de apoio ao agroextrativismo, implementar e definir políticas públicas específicas para o setor e sistematizar e divulgar informações relativas à produção e a comercialização. **Objetivo específico 2:** Demandas de suporte produtivo e de fortalecimento das comunidades agroextrativistas apoiado	Projeto em Curso
18.541.1145.200I- 18.128.1145.6060 18.541.1145.6087	Projeto de Cooperação Técnica Internacional MMA/ MRE/PNUD. Vigência: 01/12/2008 a 31/12/2011.valor total Projeto:US25,720,791.00	MMA/ MRE/PNUD PRODOC –08/12	2.167.500,00 2.288.067,14 2.567.910,00	Fortalecer e capacitar povos indígenas e povos e comunidades tradicionais para a produção sustentável e gestão ambiental territorial e promover o aprimoramento econômico do setor agroextrativista a fim de melhorar as condições de vida dessas populações.	Projeto em Curso
18.128.1145.6060 -	Termo de Cooperação	Termo de Cooperação MMA/Insti-tuto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade ICMbio.	8.300.000,00	Elaborar, divulgar e implementar os Planos de Manejo das Reservas Extrativistas Federais e Conselhos Deliberativos, com participação qualificada das populações locais	Projeto em Curso
18.541.1145.200I	Termo de Cooperação	Portaria de Descentraliza-ção de Crédito Orçamentário e repasse financeiro nº.266 de 04/09/2008 - DOU de 05/09/2008	103.177,19	Definir custos de produção para o estabelecimento do Preço Mínimo de produtos da Sociobiodiversidade.	Projeto concluído e aprovado
TOTAL			**17.655.048,22**		

***PROGRAMA* 1332 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS**					
PROGRAMA/ AÇÃO	**Tipo 3**	**Identificação do Termo**	**Valor repassado no Exercício**	**Objetivo**	**Situação**
18.541.1332.8951	Projeto de Cooperação Técnica Internacional MMA/ MRE/ PNUD. Inicio em 25/06/2001 - Revisão Substantiva "P" do Projeto - vigencia 30/09/2009 processo original nº. 02000.0003270/ 02-78 Publicação DOU de 19/09/2008 valor total do Projeto:R$19.586.600,73	Projeto BRA 00-022 PNUD " Apoio às Políticas para o Desenvol-vimento Sustentável"	245.000,00	-Implementação da gestão do Proambiente -Obtenção de elementos técnicos para apoiar a implementação do componente de pagamento por serviços ambientais , dentro das atividades do resultado do PRODOC - linha de resultado 4.4.5	Atividades em curso
TOTAL			**245.000,00**		

PROGRAMA 1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE					
PROGRAMA/ AÇÃO	**Tipo 3**	**Identificação do Termo**	**Valor repassado no Exercício**	**Objetivo**	**Situação**
18.541.1426.6061	Contrato de Cooperação Financeira Oficial Alenhanha/Brasil-Contribuição Financeira nº 2002.65512-KFW-Projetos Demonstrativos III-PNUD/BRA-03/009	Subprojeto Demonstrativo-PDA PRODOC – BRA 03/009 PDA/PDPI	261.290,22	Atendimento atividades da Secretaria Técnica do PDA, em ações de monitoramento de projetos e sistematização de experiências do componente PADEQ-Programa de Alternativas aos Desmatamentos e Queimadas	Atividades em curso
18.127.1426.8308	Termo Cooperação Técnica Gov.Brasileiro/ Organização das Nações Unidas para a Agricultura e alimentação. Finalidade: Implementação do Projeto "GESTAR" Gestão Ambiental Rural em Assentamentos Humanos Situados em Bacias Hidrográficas do Brasil. – no âmbito SEDR/MMA. Data de assinatura: 31/12/2002	**PROJETO UTF/BRA/ 060-FAO**	1.179.366,12	Apoiar a ações de Gestão Ambiental Rural em Assentamentos Humanos Situados em Bacias Hidrográficas do Brasil	Atividades em curso
18.541.1426.8998	Projeto de Cooperação Técnica Internacional MMA/ MRE/ PNUD. Inicio em 25/06/2001 - Revisão Substantiva "P" do Projeto - vigencia 30/09/2009 processo original nº. 02000.0003270/ 02-78 Publicação DOU de 19/09/2008 valor total do Projeto:R$19.586.600,73	Projeto BRA 00-022 PNUD " Apoio às Políticas para o Desenvol-vimento Sustentável"	830.290,65	suporte financeiro para complementação de atividades, também apoiadas pela Ação 8951, dentro dos resultados do PRODOC-LINHA 4.4.5	Atividades em curso
TOTAL			**2.270.946,99**		

6. Previdência Complementar Patrocinada.
“ NÃO APLICÁVEL À NATUREZA DA UNIDADE JURISDICIODADA “

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos
- APRESENTADO E DEMONSTRADO NAS AÇÕES ESPECÍFICAS-

8. Renúncia Tributária
“ NÃO APLICÁVEL À NATUREZA DA UNIDADE JURISDICIODADA “

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia
“ NÃO APLICÁVEL À NATUREZA DA UNIDADE JURISDICIODADA “

10. Operações de fundos
“ NÃO APLICÁVEL À NATUREZA DA UNIDADE JURISDICIODADA “

11. Despesas com cartão de crédito
“ NÃO APLICÁVEL À NATUREZA DA UNIDADE JURISDICIODADA “

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008

Número de relatório	Descrição da Recomendação	Setor responsável pela implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
Solicitação de Auditoria nº208051/001, de 19/03/2008. Quando da abertura dos procedimentos dos trabalhos de Auditoria na Unidade. Expediente Dirigido à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. SEDR/MMA	-Apresentar as providencia adotadas quanto as determinações, abaixo, relativas ao Acórdão TCU nº 2758/2007-2ª Câmara – TCU: **Determinações:** **1.1 <u>À Secretaria da Amazônia que:</u>** - adote as providencias necessárias com vistas à apuração dos fatos e responsabilidades pelos bens desaparecidos, no âmbito do Projeto BRA/95/026, identificados nos relatórios SFC 161579 e 160388. **1.3** – encaminhe o TCU, no prazo de 60 dias o processo relativo à Tomada de Contas Especial do contrato de execução 23/2001, firmado com o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em projeto executado pela Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Taraucá (PNUD-BRA-99/025), no âmbito do Programa de Apoio ao Agroextrativismo na Amazônia	**Item 1.1** Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **Item 1.3** Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, através da Diretoria de Extrativismo-DEX/SEDR/MA	>**1.1** - Encaminhado cópia do expediente da CGU/PR, à SAIC/MMA, em 20/03/2008 conforme memorando nº 66/2008-GAB/SEDR/MMA, para as devidas providencias de atendimento. >**1.3** – Em 14/03/2008 , através do Ofício nº 112/2008-GAB/SEDR/MMA, foi solicitado ao TCU prorrogação de prazo para atendimento das diligencias determinadas, isto em razão da vistoria realizada, pela DEX/SEDR/MMA, no período de 27/02 a 03/03/2008 junto ao CNS. >Em 26/03/2008, através do Oficio nº 122/2008/GAB/SEDR, foi notificado ao Oficial de Programa do PNUD as irregularidades apresentadas na execução do contrato 23/2001, pelo que solicita manifestação. >Em 28/03/2008, através do Oficio nº 130/2008-GAB/SEDR, foi informado ao TCU-4ª SECEX dos últimos procedimentos adotados pela Unidade-SEDR, visando a regularização dos fatos. >Em 29/04/2008, através do Ofício nº 208/2008, foi cobrado, junto ao PNUD, manifestação em razão do não atendimento da notificação passada em 26/03/2008 (Ofício nº 122/2008/GAB/SEDR). >Em 16/06/2008, através do Ofício 320/2008-GAB/SEDR feita nova notificação ao CNS, apresentando demonstrativo de debito, para recolhimento – fixado 30 dias para providencias. >Em 09/07/2008, através do Oficio 018/2008, a CNS se manifesta solicitando prazo de 30 dias para providencias de recolhimento do valor cobrado. >Em 14/07/2008 a SEDR, através do Ofício nº 373/2008 concede prazo até o dia 11/08/2008 para solução da pendência. >Em 16/07/2008 a SEDR, através do Ofício 383/2008, informa ao TCU das providencias, últimas, levadas a efeito pela Unidade. >Em 11/08/2008, através do Ofício nº 24/2008, a CNS se manifesta informando ter ciência de sua responsabilidade quanto a devolução do recurso, mas, declara sua impossibilidade de efetuar devolução, integral, do valor cobrado e, requer junto a SEDR/MMA audiência para a busca de uma solução viável. Decorrido reunião, em 18/08/2008 com a presença do Secretário da Unidade, porem, não consta nos autos do processo informações quanto à pauta da reunião e resultados. >Através de publicação, no DOU, nos dias 30/10, 31/10 e 03/11/2008 foi expedido o Edital de Notificação MMA/SEDR nº. 5/2008 notificando o Presidente do CNS, Sr. Manoel Silva da Cunha, para no prazo de 5 (cinco) dias se pronunciar no sentido de recolher ao cofres públicos os recursos transferidos a instituição por intermédio do contrato de Execução nº

			23/2001 – valor a recolher: R$209.176,01. >Em 07/11/2008, a Presidência do CNS, em decorrência do Edital, acima descrito, encaminha carta ao Ministro do MMA, requerendo dilatação do prazo para implementar providencias com o intuito de regularizar a inadimplência. >Em 12/11/2008, através do Ofício 617/2008, a SEDR informa a Presidência do CNS, por determinações do TCU a SEDR/MMA está impossibilitada de conceder novos prazos e informa que o processo está sendo encaminhado para abertura de TCE. >Em 20/11/2008, através da Nota Informativa nº 25/2008-CAF/SEDR ,é feita a instrução final do processo para encaminhamento à SPOA/MMA, para Instauração da TCE. >Processo de Instaurada de TCE Nº 02000.003772/2008-94 – Encaminhado a Secretaria Federal de Controle
Oficio nº 34471/2008/DIAMB/DI/SFC/ CGU-PR. de <u>30/outubro/2008.</u> **Nota Técnica nº 2034/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR**	**<u>Evidenciado:</u>** 1-Programa-0502 Amazônia Sustentável 1.1 Ação: 29314 – Apoio às comunidades extrativistas da Amazônia Solidária – Norte. **<u>Constatação:</u>** 1.1.1 Convênio SIAFI 451600 Numero original: 2002CV00020/SCA Beneficiário: Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia – FETAGRO. Valor: R$224.523,13 Relatório de Fiscalização : 192697. **RECOMENDAÇAO** 2-Solicitar ao convenente a apresentação dos canhotos dos cartões de embarque ou declaração da Cia aérea, comprovando deslocamentos correspondentes ao custo de R$38.037,95. 3– Solicitar ao convenente a apresentação das faturas de passagens aéreas discriminando nome dos passageiros, trechos e datas dos vôos. 4-Orientação ao convenente quanto a organização dos documentos do convênio e, 5– Orientação ao convenente para que seja observado os disposto no Art.27 da IN/STN/01/97 e suas alterações.	Secretaria de Agroextrativismo-SEDR/MMA.	Ante a notificação da CGU/SFC, foi expedido à Presidencia da FETAGRO/RO ofício nº 669/2008, datado de 26/11/2008, apresentando questionamentos da CGU e solicitando providencias de regularização, sendo estabelecido prazo de 30 (trinta) dias para atendimento (correspondência taxada com "AR" e comprovante de entrega datado de 01/12/2008). Em 26/11/2008, através do Ofício nº 670/2008-GAB/SEDR, foi dado conhecimento a CGU das providencias, iniciais, tomadas ao assunto. Até o encerramento do exercício, não foi apresentado, por parte da FETAGRO/RO pronunciamento. Em 27/02/2009, ante a falta de atendimento a correspondência anteriormente encaminhada, foi expedido novo Ofício (nº 093/2008/GAB/SEDR) tendo sido esse entregue em mãos, na localidade de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia e, tendo sido recebido pelo Sr. Antonio Samas Quini, Diretor Financeiro da FETAGRO, sem que até a presente, se registre pronunciamento.

13. Determinações e recomendações do TCU

Item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008

UNIDADE GESTORA – 440040-SEDR/MMA.

Número da Decisão ou do Acórdão	Descrição da determinação ou da recomendação	Setor responsável pela implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
ACÓRDÃO Nº 1467/21008-TCU – 2ª CÂMARA – de 03/06/2008	**1. à SDS/MMA que:** 1.1 Adote providencias com vistas a que a função gerencial fiscalizadora a seu cargo seja efetivamente execida, por ocasião da execução e prestação de contas de convênios; 1.2. Encaminhar ao TCU o processo de tomada de Contas Especial relativo ao Convenio 2001CV000048(ITEM 4.2), NO PRAZO DE 180 DIAS; 1.3. Exija a especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido por meio de convênios e demais exigências conforme parágrafo 1º do art. 2º da IN/STN 01/97; 1.4. adote medidas para que sejam analisadas as prestações de contas dos convênios na situação de "a comprovar" e "a aprovar"com vigência expirada há mais de 60 dias, dando cumprimento à IN/01/97, ART. 31; 1.5.efetue nova analise da prestação de contas dos convênios Siafi 433447 - 2001CV0065/SCA (observado Parecer 956/2003/Proecotur/MMA; Siafi 417282 - metas não cumpridas integralmente e, Siafi 465000 - 200CV0051/SCA, celebrado com a FETAGRO, levando em consideração as irregularidades apontadas na Nota Técnica 561/DIAMB/SFC/CGU/PR, instaurando para cada um dos referidos convênios, caso necessário, Tomada de Contas Especial; 1.6 *adote* providencias com vistas à apuração da responsabilidade pelo desaparecimento do aparelho GPS- receptor /rastreador de sinal de satélite - adquiridos com recursos convenio Siafi 466566, e se for o caso, instaure a Tomada de Contas Especial;	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável SEDR/MMA. e Diretoria Nacional - PRODOC BRA/00/022	Em 03/07/2008, por intermédio da Nota Informativa nº 017/2008-CAF/SEDR/MMA, foi apresentado as providencias relativas aos procedimentos ditados em conformidade ao Acórdão nº 1467/2008-TCU- 2ª Câmara, tendo sido encaminhado cópia da referida Nota Informativa, ao Assessor Especial de Controle Interno para conhecimento e encaminhamentos pertinente. (Memorando nº 197/2008-GAB/SEDR/MMA - DE 17/07/2008). **Obs.:** 1 - Especificamente ao Item 1.2 do Acórdão, que trata do encaminhamento no prazo de 180 dias do Processo de TCE do Convênio 2001CV000048, há a se destacar que o Processo de TCE foi instaurado e registrado sob nº TCE/018/2008 nos autos do Processo 02000.003048/2008-61. 2 - Quanto ao item 1.8. que diz respeito ao Projeto de Apoio às Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável - PRODOC BRA/00/022 e em destaque o subitem 1.8.1 que requer o recolhimento aos cofres públicos da importância de R$3.080,00 relativo a não comprovação de gastos de adiantamento concedido a beneficiária Juliana Sarkis Costa, há a esclarecer que através do Diretor Nacional do Programa, na pessoa do senhor Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA, foi encaminhado à Secretaria de Controle Externo - 4º Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, em 25/07/2008 Ofício nº 394/2008/GAB/SEDR/MMA, apresentando aos devidos esclarecimentos e apresentando a documentação

	1.7.agilize a analise das justificativas do convenente, caso ainda não tenha sido realizada, relativamente aos convênios Siafi 416286, 417647, 452193 e 452217, conforme preceitua art. 29 - IN 01/97, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO AS IRREGULARIDADES apontadas na Nota Técnica 1584/DIAMB/DI/SFC/CGU/PR; 1.8.no que diz respeito ao Projeto de Apoio às Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável (PRODOC-BRA/00/022) : 1.8.1. Adote as medidas cabíveis para que seja recolhido ao Projeto o valor de R$3.080,00 atualizado monetariamente, relativo ao adiantamento recebido pela beneficiária Juliana Sarkis Costa para despesas de curto prazo - em função da não apresentação de prestação de contas, conforme Manual de Execução Nacional, item IV; 1.8.2.adote as medidas cabíveis para melhorar os controles internos, de forma a que as despesas realizadas pelo projeto como diárias e passagens possam ser devidamente comprovadas.		comprobatória de gastos, para apreciação e reconsideração à decisão de recolhimento.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

“ NÃO SE APLICA À NATUREZA DA UNIDADE JURISDICIODADA “

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

“ NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO”

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Obs: Qtde – posição em 31.12; Despesa – total incorrido no exercício

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade						
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade						
Total Pessoal Próprio						

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo						
Descrição:	**2006**		**2007**		**2008**	
	Qtde	**Despesa**	**Qtde**	**Despesa**	**Qtde**	**Despesa**
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	**67**	**5.659.272,05**	**52**	**4.118.736,39**	**40**	**3.593.383,54**

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza						
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	**33**	**699.759,81**	**28**	**817.157,12**	**30**	**810.462,64**
Pessoal Terceirizado Outras atividades						
Estagiários						
Total Pessoal Terc + Estag						

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus						
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus						
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade						

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus						
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus						
Total Pessoal cedido pela Unidade						

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade		
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade		
Total Geral		

OBS.: cabe ressaltar que as despesas de pessoal são executadas diretamente pela Unidade Gestora 440001-SPOA/SECEX/MMA, como Unidade central

A N E X O II

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA

440040-SEDR/MMA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE

Mem. Circular nº 02 /CGFC/SPOA/SECEX/MMA

Em, 26 de março de 2009

Ao Senhor Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/SEDR/MMA

Assunto: **Declaração do Contador.**

1. Faço referência ao documento acima epigrafado, para encaminhar a Vossa Senhoria, em anexo, Declaração do Contador Responsável, a que se refere o Anexo III da Decisão Normativa nº 93, de 03.12.2008, e alterações introduzidas pela DN TCU 96, de 04.03.2009.

Atenciosamente

DENILTON DA SILVA TEIXEIRENSE
Coordenador-Geral de Gestão Financeira e Contabilidade/MMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

COM RESSALVA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440040/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas, exceto no tocante a:

a) Convênios a Aprovar com data expirada – Restrição 170
b) Falta/Restrição da Conformidade de Registro de Gestão - Restrição 951

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração

Brasília, 20 de março de 2009.

OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

PLENA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440046/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta as contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 20 de março de 2009.

OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

COM RESSALVA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440047/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas, exceto no tocante a:

a) Convênios a Aprovar com data expirada – Restrição 170
b) Falta/Restrição da Conformidade de Registro de Gestão – Restrição 951

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 20 de março de 2009.

OSWALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

PLENA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440051/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta as contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 20 de março de 2009.

OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

COM RESSALVA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440054/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas, exceto no tocante a:

e) Falta/Restrição da Conformidade de Registro de Gestão – Restrição 951

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 20 de março de 2009.

OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

COM RESSALVA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440073/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas, exceto no tocante a:

a) Falta/Restrição da Conformidade de Registro de Gestão – Restrição 951

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 20 de março de 2009.

OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1